

DIÁLOGO GLOBAL 14.1

3 edições por ano em vários idiomas

Falando de sociologia
com Zhao Tingyang

Sari Hanafi

Federico Neiburg
Isabelle Guérin
Susana Narotzky
Eugênia Motta
Clara Hernández
Mariana Luzzi
Cristina Cielo
Cristina Vera
Bibiana Martínez Álvarez
Florent Bédécarrats
Flore Dazet
Mireille Razafindrakoto
François Roubaud
Boris Samuel
Beatrice Ferlaino
Caroline Dufy

Custo de vida

Breno Bringel
Geoffrey Pleyers
Laurence Cox
Alberto Arribas Lozano
Sutapa Chattopadhyay
Carlos Y. Flores
Lev Grinberg

“openMovements”

Perspectivas
teóricas

Paolo Gerbaudo

Seção aberta

- > O autoritarismo da meritocracia
- > Colonialismo forense
- > Diversidade e transparência dentro
(e além) dos órgãos da ONU

REVISTA



VOLUME 14 / NÚMERO 1 / ABRIL 2024
<https://globaldialogue.isa-sociology.org/>

GD

International
Sociological
Association
isa



> Editorial

Bem-vindo à primeira edição de 2024 da *Diálogo Global*! Se o ano passado foi um período de experimentação envolvendo uma curva de aprendizado íngreme, agora estamos felizes por já termos algumas novidades preparadas para este ano. Em cada edição, apresentaremos novos projetos, parcerias e estratégias inovadoras de comunicação e divulgação, mantendo a própria essência e vocação desta revista, ou seja, o compromisso com a sociologia pública e global.

Na entrevista que abre esta edição, Sari Hanafi, ex presidente da ISA (2018-2023), nos oferece uma conversa fascinante com Zhao Tingyang. Aqui, este proeminente intelectual chinês reflete sobre algumas de suas principais contribuições teóricas e compartilha sua interpretação atual da crise da democracia liberal.

A próxima seção, organizada por Federico Neiburg, Isabelle Guérin e Susana Narotzky, aborda o “custo de vida”, apontando assim para uma das questões mais dramáticas da atualidade: o aumento do preço dos bens básicos e o custo de vida insustentável para a maioria das pessoas. Esta seção o faz a partir de uma abordagem original, tratando o custo de vida como uma categoria prática polissêmica, muito além de um índice numérico. Mergulhando em diferentes realidades na América Latina, África e Europa, oito artigos contribuem tanto para o debate conceitual sobre o tema quanto para a discussão empírica de diversas questões, incluindo como diferentes atores (famílias, especialistas e formuladores de políticas) enfrentam a crise. Esta seção temática é resultado de uma parceria entre a *Diálogo Global* e a *International Sociology*. Com esta iniciativa, que terá continuidade nos próximos números, pretendemos disponibilizar a um público mais amplo alguns dos principais resultados de um número especial da *International Sociology*, que foi recentemente publicado.

A seção seguinte inaugura mais uma nova parceria. O projeto ‘openMovements’, publicado desde 2015 pela principal plataforma de mídia independente *OpenDemocracy* enquanto uma iniciativa do Comitê de Pesquisa da ISA acerca das Classes Sociais e Movimentos Sociais (RC47), agora está integrado à *Diálogo Global* como uma nova seção. Sua missão é compreender as principais transfor-

mações em nossas sociedades a partir de conflitos e movimentos sociais. Nosso interesse vai tanto para as transformações mais visíveis, aquelas que aparecem nas manchetes dos jornais, quanto para as menos visíveis, que são fundamentais para entender as mudanças culturais e sociais. O *openMovements* (Movimentos abertos) tem como objetivo promover um espaço aberto para uma sociologia pública global de mudança social que circula dentro e fora do ISA. Como fundadores do projeto, o atual presidente da ISA, Geoffrey Pleyers, e eu explicamos em um artigo introdutório a perspectiva do *openMovements*, o que fizemos nos últimos anos e o que pretendemos fazer a partir de agora. O artigo seguinte discute a importância da pesquisa engajada, o lugar do Sul nos diálogos globais e o apoio tão necessário para novos pesquisadores (Cox, Arribas Lozano e Chattopadhyay). Outro, aborda o papel dos projetos audiovisuais dentro das comunidades e suas implicações em termos de narrativas e descentralização do conhecimento (Flores). Um artigo final elabora o atual genocídio contra o povo palestino, discutindo o conflito em contexto, o que é central para ir além de visões simplistas sobre a questão (Grinberg).

O artigo teórico desta edição discute um processo de transformação histórica do Estado. Paolo Gerbaudo, um dos principais intelectuais públicos, oferece um olhar complexo e inovador sobre o que chama de “estranho retorno” do Estado intervencionista, analisando contradições e tendências nesse processo. Finalmente, a Seção Aberta inclui três artigos que discutem a dimensão autoritária da meritocracia (Maciel), a baixa diversidade nas organizações multilaterais e os desafios para reverter a situação (Gonzalez) e um tipo subanalisado de colonialismo que Mark Munsterhjelm define como “colonialismo forense”. Este último é forjado por cientistas influentes dos EUA, Europa e China, que usaram os povos indígenas como recursos e alvos de novas tecnologias, como ancestralidade, inferência e fenotipagem.

Espero que você aproveite todas as contribuições, e gostaria de lembrá-lo que estamos abertos para receber suas contribuições. Siga-nos nas redes sociais [@isagdmag](https://www.instagram.com/isagdmag) e nos ajude a divulgar a *Diálogo Global* no seu idioma. ■

Breno Bringel, editor da *Diálogo Global*

> **Diálogo Global** pode ser encontrada em vários idiomas em [seu site](#).

> **As submissões** devem ser enviadas para: globaldialogue@isa-sociology.org.

ISA International Sociological Association

DIÁLOGO GLOBAL



> Editorial

Editor: Breno Bringel.

Editores assistentes Vitória Gonzalez, Carolina Vestena.

Editor associado: Christopher Evans.

Editores executivos: Lola Busuttil, August Bagã.

Consultores: Michael Burawoy, Brigitte Aulenbacher, Klaus Dörre.

Editores Regionais

Mundo Árabe: (*Libano*) Sari Hanafi, (*Tunísia*) Fatima Radhouani, Safouane Trabelsi

Argentina: Magdalena Lemus, Juan Parcio, Dante Marchisio.

Bangladesh: Habibul Khondker, Khairul Chowdhury, Shaikh Mohammad Kais, Mohammad Jasim Uddin, Bijoy Krishna Banik, Abdur Rashid, Md. Shahidul Islam, Mohammed Jahirul Islam, Sarker Sohel Rana, Eashrat Jahan Eyemooon, Helal Uddin, Masudur Rahman, Yasmin Sultana, Saleh Al Mamun, Ekramul Kabir Rana, Farheen Akter Bhuiyan, Khadiza Khatun, Aysha Siddique Humaira, Arifur Rahaman, Istiaq Nur Muhit, Md. Shahin Aktar, Suraiya Akhter, Alamgir Kabir, Taslima Nasrin.

Brasil: Fabrício Maciel, Andreza Galli, José Guirado Neto, Jéssica Mazzini Mendes, Ricardo Nóbrega.

França/Espanha: Lola Busuttil.

Índia: Rashmi Jain, Manish Yadav.

Irã: Reyhaneh Javadi, Niayesh Dolati, Elham Shushtarizade.

Polônia: Aleksandra Biernacka, Anna Turner, Joanna Bednarek, Urszula Jarecka.

Romênia: Raluca Popescu, Raisa-Gabriela Zamfirescu, George Bonea, Marina Defta, Costin-Lucian Gheorghe, Alin Ionescu, Diana Moga, Ramona-Cătălina Năstase, Bianca Pințoiu-Mihăilă.

Rússia: Elena Zdravomyslova, Daria Kholodova.

Taiwan: Wan-Ju Lee, Tao-Yung Lu, Yi-Shuo Huang, Chien-Ying Chien, Mark Yi-wei Lai, Yun-Jou Lin, Yun-Hsuan Chou.

Turquia: Gül Çorbacıoğlu, Irmak Evren.



Zhao Tingyang conversa com Sari Hanafi sobre o que ele chama de sistema Tianxia, um conceito alternativo de sistema político.



O “**custo de vida**”, uma categoria prática polissêmica usada simultaneamente por especialistas e na vida cotidiana das pessoas, abrange diferentes realidades em todo o mundo.



A nova seção temática “**openMovements**” tem como objetivo abrir um espaço para a análise dos movimentos sociais e seus desafios em diferentes países.

Foto de capa: Wirestock, Freepik.



A **Dialogo Global** é possível graças a uma generoso subsídio da **SAGE Publications**.

> Nesta edição

Editorial 2

> FALANDO DE SOCIOLOGIA

Sistema Tianxia e democracia inteligente:
uma entrevista com Zhao Tingyang

por **Sari Hanafi, Líbano** 5

> CUSTO DE VIDA

Custo de vida: conceitos de especialistas e esforços cotidianos

por **Federico Neiburg, Brasil, Isabelle Guérin, França, e Susana Narotzky, Espanha** 10

Desalinhamentos: dinheiro da casa e experiências inflacionárias

por **Eugênia Motta e Federico Neiburg, Brasil** 12

Lidando com a inflação na Argentina contemporânea

por **María Clara Hernández e Mariana Luzzi, Argentina** 14

O papel da mandioca na manutenção de populações precárias no Equador

por **Cristina Cielo e Cristina Vera, Equador** 16

Dilemas morais no fornecimento de alimentos

por **Susana Narotzky e Bibiana Martínez Álvarez, Espanha** 18

Acompanhando o custo de vida em Madagascar

por **Florent Bédécarrats, Flore Dazet, Isabelle Guérin, Mireille Razafindrakoto e François Roubaud, França** 20

O poder dos subsídios de preços em Marrocos

por **Boris Samuel, France, e Beatrice Ferlaino, Itália** 22

Segurança alimentar em tempos de guerra: o caso da Rússia

por **Caroline Dufy, França** 24

> “OPENMOVEMENTS”

‘openMovements’: uma plataforma para a sociologia pública e global

por **Breno Bringel, Brasil/Espanha, e Geoffrey Pleyers, Bélgica** 26

Como pesquisar e entender as lutas populares?

por **Laurence Cox, Irlanda, Alberto Arribas Lozano, Espanha, e Sutapa Chattopadhyay, Canadá** 29

Práticas de vídeo maias e a descentralização do conhecimento

por **Carlos Y. Flores, México** 31

Escalada assassina israelense-palestina em contexto

por **Lev Grinberg, Israel** 33

> PERSPECTIVAS TEÓRICAS

O estranho retorno do Estado intervencionista

por **Paolo Gerbaudo, Espanha** 36

> SEÇÃO ABERTA

O autoritarismo da meritocracia

por **Fabício Maciel, Brasil** 39

Colonialismo forense

por **Mark Munsterhjelm, Canadá** 41

Diversidade e transparência dentro (e além) dos órgãos da ONU

por **Vitória Gonzalez, Brasil** 43

“Alternativas ainda existem, mas muitas vezes são invisibilizadas, especialmente na ausência de protestos públicos”

Breno Bringel e Geoffrey Pleyers

> Sistema Tianxia e democracia inteligente: uma entrevista com Zhao Tingyang



Credito: Arquivo pessoal do Zhao Tingyang.

Zhao Tingyang é um ilustre filósofo chinês e intelectual proeminente que se formou na Universidade Renmin e na Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS). Ele é Acadêmico Associado e Professor Distinto no Instituto de Filosofia (CASS) e também ocupou cargos em várias outras instituições chinesas e estrangeiras, incluindo a Universidade Normal de Zhejiang, o Instituto Berggruen e o Instituto International TRANSCULTURA. Suas numerosas publicações em chinês, inglês e outros idiomas incluem seu livro *All under heaven: the Tianxia system for a possible world order* (2021, University of California Press) e seu livro coeditado *Transcultural dictionary of misunderstandings: european and chinese horizons* (2022, Cent mille milliards). Ele foi entrevistado em agosto de 2023 por **Sari Hanafi**, professor de sociologia da Universidade Americana de Beirute, no Líbano, e ex-presidente da Associação Internacional de Sociologia.

Sari Hanafi (SH): Prof. Zhao, tive o prazer de ler seu último livro, *All under heaven: the Tianxia system for a possible world order*, no qual você é crítico da atual multiplicação de conflitos políticos em todo o mundo e da atual lógica nacional-Estatista das relações internacionais. Você propõe, em vez disso, a ideia de Tianxia, uma palavra chinesa que significa “tudo debaixo do céu”, sendo interdependente e garantindo a primazia do mundo sobre os Estados-nação. Como você resumiria Tianxia em poucas palavras?

Zhao Tingyang (ZT): Deixe-me dizer que minha imaginação do sistema Tianxia do mundo vislumbra um mundo melhor possível com o conceito de “compatibilidade”, mais popularmente traduzido como “harmonia”. Acho que a compatibilidade é uma tradução melhor, da mesma forma que Leibniz explica o “melhor de todos os mundos possíveis” feito por Deus com o conceito da “compossibilidade” do mais rico conjunto de seres. Curiosamente, sua ontologia é realmente próxima da ontologia do *I Ching*, a bíblia

chinesa, que enfatiza a “compatibilidade” de todos os seres. Um sistema conceitual de Tianxia de “tudo debaixo do céu” deveria prever um mundo inclusivo de “não fora” com “grande harmonia” de todos os povos ou “compatibilidade” de todas as civilizações. É uma questão em aberto por que a China começou sua política com um conceito de um mundo sistemático como *Tianxia*, enquanto a Grécia tinha um Estado como *polis*: os dois pontos de partida mais significativos da política.

Mais do que um sistema mundial, Tianxia sugere um conceito alternativo do político, como uma metodologia ou a arte de *transformar a hostilidade em hospitalidade*, em vez do reconhecimento do inimigo de Carl Schmitt, da luta de classes dos marxistas, da luta pelo poder de Morgenthau ou do choque de civilizações de Huntington. A razão é simples: se a política não pode deter ou ao menos reduzir a hostilidade, ela deixa de ser política e se torna nada mais do que uma forma de guerra. E a guerra

>>

prova o fracasso da política em vez de ser a *continuação da política*, como pensa Carl Von Clausewitz. Se queremos brigas, por que as políticas?

Mais razoável e prática do que a tradicional, minha concepção renovada de Tianxia reivindica três conceitos *constitucionais*: (1) *internalização do mundo*, um sistema universal compartilhado inclusivo de todas as nações, tornando assim um mundo sem impactos adversos externos; (2) *racionalidade relacional*, que enfatiza a prioridade da *minimização mútua da hostilidade* acima da maximização do interesse exclusivo, e (3) a melhoria confucionista, que é a melhoria não exclusiva para todos, melhor do que a melhoria de Pareto, e definida por uma melhora se-e-somente se todas as outras melhorarem. O aprimoramento confuciano significa que todos obtêm o aprimoramento de Pareto se alguém o obtém. Espera-se que uma nova Tianxia resolva problemas globais como riscos tecnológicos, problemas financeiros globais, mudanças climáticas, pandemias e choques de civilizações.

Consistente com o sistema Tianxia, a ética global deve ser baseada em uma “Regra de Ouro” aprimorada que seja mais coerente do que o cristianismo ou o confucionismo. A tradicional Regra de Ouro diz: “*Nunca faça aos outros o que você não gostaria que os outros fizessem com você*”. Isso é quase perfeito, exceto por sua subjetividade unilateral, que implica problematicamente que o “eu” tem a autoridade unilateral para decidir os conceitos universais do que é bom ou certo. Eu reescreveria a Regra de Ouro como “*Nunca faça aos outros o que os outros não gostariam que você fizesse com eles*”. Ao transformar a subjetividade em transsubjetividade, essa nova regra torna-se estritamente recíproca e simétrica, portanto, genuinamente universal.

Um novo sistema Tianxia também deve ser realizado na esfera epistemológica. Ele prevê um conceito de uma nova enciclopédia, inspirada no projeto francês de enciclopédia no século XVIII, e agora provavelmente apoiada pela Internet e IA. Isso envolve um conceito de conhecimento, em vez de um livro físico, e pretende incluir todo o conhecimento de todas as civilizações com igual respeito e reconhecimento recíproco. A nova enciclopédia se desenvolverá a partir de pesquisas sobre preocupações universais, ou os problemas enfrentados por todos os seres humanos, ou as “emergências” das interações, como entendidas no holismo ou nas metodologias da complexidade em vez da taxonomia disciplinada tradicional e da visão reducionista do conhecimento, e no lugar da agenda unilateral do conhecimento ocidental, de modo que se torne uma “biblioteca do metaverso” para todas as pessoas.

SH: Como você avalia a China de hoje em termos do paradigma Tianxia? Em uma de suas entrevistas, você afirmou que o Comunismo derrotou e excluiu seus concorrentes ocidentais na China, mas também desvalorizou a cultura chinesa. A existência da China importa mais do

que sua identidade; em outras palavras, o fato de ser é mais importante do que como algo se parece. Você pode elaborar essa ideia com exemplos concretos?

ZT: Tianxia é um conceito para o mundo inteiro. Aguarda um futuro possível em seu próprio tempo. No entanto, curiosamente, tem sido aplicado à China, para vê-la como um “Estado padrão mundial”, menor do que o mundo inteiro e, logo, longe do melhor de seu potencial conceitual; portanto, não tenho certeza se a China poderia ser considerada um paradigma de Tianxia. No entanto, pode ser visto como um exemplo. A “China de padrão mundial” é de grande importância em sua invenção do regime de “um país, muitos sistemas”, iniciado durante a dinastia Han (206 a.C.-220 d.C.), sob o princípio da prioridade da compatibilidade, ou harmonia, se quiser, reduzindo com sucesso o conflito entre várias culturas ou religiões. Isso faz parte da herança viva na China moderna.

Não é de surpreender que a China moderna negligencie aspectos tradicionais da cultura chinesa, já que tem buscado avidamente tornar-se moderna. A modernização tem sido considerada uma questão de sobrevivência para uma nação sob pressão do resto do mundo. O pensamento chinês sempre segue o princípio “Sobreviver a todas as mudanças” ou “Viver através da mudança”. Isso não é fé religiosa nem valor ético, mas uma metodologia “ontológica” de existência pode, no entanto, ser identificada. É claro que a China tem suas identidades culturais ou tradicionais para manter, que são menos influentes do que sua mera existência quando em um ponto crítico de sobrevivência, ou seus *kairos* para se tornarem melhores. A China está no “fazer” e não apenas no “ser”, e sua metodologia importa mais do que sua conceituação. A China adora improvisar desde que reconheceu o *I Ching*, o Livro das Mudanças, como sua “bíblia” metodológica em seus primórdios. Temos aqui uma metodologia que busca a chance ideal de sobreviver, existir, persistir e, se possível, crescer forte. O confucionismo, como imagem estereotipada da China, é menos robusto do que se costuma pensar. Viveu seus altos e baixos ao longo da história e é contingente de sua historicidade. Estou hesitante em dizer que a China continua a ser uma sociedade confucionista agora. Mas tenho certeza de que a metodologia chinesa de “ser com mudanças” continua forte, vivendo mais do que qualquer valor, doutrina ou “ismo” específico.

Por exemplo, essa ideia pode explicar o espetáculo confuso das “religiões chinesas”. De uma perspectiva monoteísta, a China é um país sem religião. De uma perspectiva antropológica, é um lugar de todas as crenças, ou um tipo de panteísmo; ou politeísmo como aparece. Especificamente, nas sociedades populares e na maioria das áreas (exceto a área muçulmana), as pessoas não odeiam os deuses dos outros. Pelo contrário, a maioria das pessoas prefere aceitar as histórias de outros deuses, bem como as suas





Credito: Arquivo pessoal do Zhao Tingyang.

próprias, e até mesmo acreditar nelas ou pelo menos respeitá-las. Muitas pessoas têm uma longa lista de deuses, geralmente do budismo, taoísmo, cristianismo, juntamente com muitos deuses locais. Para os intelectuais que não levam as religiões a sério, há sim uma variedade de “ismos”, a esquerda ou a direita, o progressista ou o conservador. Não vejo muita fé ou lealdade em suas escolhas; a maioria deles se voltará para o que funciona melhor.

SH: Você diagnosticou minuciosamente a crise do sistema democrático liberal e como forças poderosas que controlam o capital e a mídia estão subvertendo a democracia, uma espécie de “cavalo de Tróia” que destruiu a democracia de tal forma que a ameaça à democracia vem de dentro de si mesma. Pode elaborar?

ZT: Um ponto fraco da democracia é sua conceituação ambígua: nunca exclusivamente definida e, portanto, aberta a interpretações. Essa fisionomia vaga permite que tudo se disfarce de democracia e, assim, reivindique sua justificação; como resultado, surgem muitos “cavalos de Tróia” democráticos. E o pior é que é difícil distingui-los da verdadeira democracia, devido à sua semelhança na aparência e na prática. Não é certo que exista uma verdadeira democracia, pois nunca vimos o conceito ideal ou um *eidos* de democracia, embora saibamos que a democracia tem sua própria origem e genes específicos. Agora, o pior de tudo: a pseudodemocracia é considerada um verdadeiro gêmeo da democracia, com o mesmo gene. A *ágora*, onde se desenvolveu a democracia, também era um mercado. Um mercado de opiniões está próximo de um mercado de mercadorias; Se mais

pessoas escolhem maçãs, então claramente as maçãs são mais bem-vindas.

Da mesma forma, se mais eleitores apoiam Trump, então Trump parece justificado. Muitos não reconhecerão isso, mas é estranho devido à falta de um raciocínio democrático robusto. Mercado e democracia compartilham as mesmas regras básicas. Infelizmente, o princípio da maioria nem sempre expressa verdade ou bondade; e, mais infelizmente, há muitas maneiras e oportunidades para os poderes políticos, financeiros e midiáticos enganarem e manipularem as escolhas das pessoas. Poderes são inteligentes; eles conhecem as melhores estratégias. Na condição moderna do Estado de Direito (*rule of law*), bem como sob o domínio do mercado (*rule of the market*), mais poderes desenvolvem a estratégia de remodelar ou refazer a mente do público, vendendo ilusões ao povo e, assim, criando uma mente comum. Assim, vemos “publicracia” em vez de democracia; ou publicracia na aparência da democracia; ou a democracia distorcida sobreposta à publicracia. Esse é o “cavalo de Tróia” que mina a democracia.

Não é estranho que a democracia não se proteja da publicracia, porque a democracia não poderia reconhecer o cavalo de Tróia da publicracia: democracia e publicracia são muito parecidas. O problema é que a democracia existente é pouco inteligente, enquanto os poderes subjacentes à “publicracia” são muito mais astutos. A democracia é uma maneira prática de fazer escolhas públicas e, por si só, não tem discernimento, portanto, não pode se defender contra poderes externos. Funda-



mentalmente, a democracia não define o que é bom nem justifica o que é certo; nunca sequer se justificou. A democracia persiste porque não há alternativa melhor. Em outras palavras, democracia é um meio de decidir sobre a distribuição de direitos e poder, não a definição de bondade, verdade ou justiça. Portanto, a democracia precisa de sua própria consciência.

SH: O senhor vislumbra alguma alternativa?

ZT: Minha expectativa é que uma “democracia inteligente”, uma democracia baseada no conhecimento, espero, se torne tão inteligente quanto os poderes que tentam controlá-la, e, ao menos, superar a simples agregação de opiniões públicas equivocadas

Deixe-me explicar. A democracia inteligente consiste em um “sistema de dois votos” e “eleições de dois níveis”. Dois votos significam “uma pessoa, dois votos”, o pró e o contra, para qualquer eleição, representando o gostar e o não gostar. Esse “não gostar” é uma variável indispensável, importa até mais do que o “gostar”, de modo que os “dois votos” formam uma representação completa da mente, melhor do que o sistema predominante de “uma pessoa, um voto”. As regras básicas para o sistema de dois votos são as seguintes: (1) a regra dos prós líquidos. Ou seja, prós líquidos = prós – contras. Suponha que A obtenha 51% prós e 31% contras, então $51\% - 31\% = 20\%$ prós líquidos; B recebe 41% prós e 11% contras, então $41\% - 11\% = 30\%$ prós líquidos. (2) a regra da maioria condicional. Se A e B coincidirem em seus saldos líquidos, aquele com mais prós vence.

A eleição em dois níveis significa duas etapas para concluir a votação. Em primeiro lugar, cada um vota no que quer. Em segundo lugar, o comitê científico dá os votos ponderados para aprovar ou reprovar as escolhas das pessoas. Assim, a eleição em dois níveis define os poderes separados: as pessoas decidem o que é desejável e o comitê científico decide o que é viável. Se assim concebida, a democracia poderia tornar-se *institucionalmente* inteligente para que seja inteligente em si mesma e, por si mesma: livre de escolhas irracionais. Em suma, será uma democracia baseada no conhecimento. Meu esforço se limita a melhorar o sistema de votação por enquanto. Uma democracia inteligente certamente precisa de mais inteligência e concepções mais inteligentes. Esta é uma tarefa a prosseguir.

SH: O senhor defende a “democracia baseada no conhecimento”, mas quem nomeia os especialistas que farão parte de comissões ou comitês? Parece que os “especialistas” estavam apenas fornecendo soluções científicas, mas muitas vezes estão divididos em linhas políticas.

ZT: A nomeação é sempre um problema. Receio que não haja uma solução perfeita. A política baseada em partidos é necessariamente partidária. A forma praticamente

viável que temos pode não ser a melhor, mas o ideal não existe, então temos que nos conformar com a realidade. É por isso que devo limitar a minha imaginação a melhorias aceitáveis em vez de uma reforma radical da democracia. Mas, como vamos nomear os especialistas para os comitês científicos para administrar a democracia inteligente? Minha ideia adota a tradicional “reputação”, referindo-se a candidatos reconhecidos. A reputação de alguém é um fato social óbvio. Por exemplo, aqueles que são os principais cientistas, que ganharam prêmios significativos e, portanto, supostamente sabem mais sobre a potencialidade ou o risco do que as pessoas querem fazer. É claro que a reputação pode estar deslocada, mas o conhecimento é certamente melhor do que a ignorância. Os especialistas terão suas inclinações políticas, e a melhor coisa que poderíamos esperar é que eles fossem honestos. Há maneiras de cortar ligações financeiras escusas.

Minha teoria da democracia inteligente, como você vê, é um modelo de combinação modesta de “genes políticos” mistos: cerca de 50% da democracia moderna, 30% da decisão ótima de Jizi para os assuntos públicos e 20% do “rei filósofo” de Platão. Tento equilibrar as tradições mais sábias de lidar com o público e os assuntos comuns. Trata-se do que é mais razoável, ainda longe do ideal.

SH: Ao ler sua obra, parece que sua crítica sombria ao sistema democrático não consegue explicar por que temos movimentos sociais hoje. O sistema democrático não é fechado; mesmo com seu “cavalo de Tróia”, é capaz de produzir alternativas (ecológicas, socioeconômicas e políticas).

ZT: Concordo plenamente com você que democracia não é um conceito fechado. Alternativas à democracia institucional, os movimentos sociais poderiam ser considerados como democracia espontânea, mesmo que apoiados ou orientados por algumas organizações. Não são os “cavalos de Tróia”; eu os respeito. Acho que você diria que os movimentos sociais são o melhor lado da democracia. É certo que os movimentos sociais estão mais próximos da democracia direta. Isso é bom. Ainda assim, um problema prático, a meu ver, é que a busca de movimentos sociais também pode ser enganada com uma paixão irracional, de modo que pedir mais do que um estado ou o mundo poderiam oferecer ocasionalmente é destrutivo em vez de construtivo. Isso me lembra um velho ditado: “Uma dona de casa sabe as despesas de administrar uma família”. Em vez disso, eu insistiria em uma democracia baseada em conhecimento racional e institucionalmente organizada para ser mais inteligente por si só. A “democracia fria” é mais prudente e confiável do que a variedade mais quente. Minha pergunta para você é: se queremos mudanças em nossas sociedades, como sabemos quais mudanças são melhores para uma sociedade?

Na maioria dos casos, a democracia pode ser cega para o que é bom. É engraçado, ou não tão engraçado, que



nossos filósofos ainda não tenham um conceito claro do que seja “bom”. A democracia em si não é um valor hoje. É, sim, uma questão a ser valorizada.

SH: Você questiona a democracia como um valor, mas o que constitui o valor é o qualificador da democracia. É por isso que hoje falamos de democracia liberal. Cresci na Síria, onde o Baath, partido dominante, usa “popular” para qualificar a democracia. Quando você associa liberalismo à democracia, significa liberdade de religião, expressão, imprensa e reunião, estabelecendo associações e partidos políticos e aceitação da Declaração Universal dos Direitos Humanos de forma abstrata (e não concreta). Devemos criticar esses valores? Na democracia “popular” na Síria, quase não havia liberdade de expressão ou a possibilidade de estabelecer associações e partidos políticos, a menos que você aceitasse a ideologia das elites dominantes. Além disso, o sistema de votação para o parlamento era complexo, com assentos especiais reservados para a classe trabalhadora e camponeses, o que, para mim, é uma coisa boa, mesmo que essas duas categorias não sejam livres para se organizar. Assim, a palavra “popular” está cheia de valores antiliberais, mas busca algum senso de justiça social. É por isso que não podemos discutir democracia sem o seu qualificador. Você usa o qualificativo “inteligente” para a democracia passar de sua forma atual “baseada em opinião” para uma nova forma “baseada em conhecimento”. No entanto, como a inteligência se posiciona em relação às duas tradições (popular e liberal)?

ZT: Obrigado pela sua pergunta perspicaz; ela é muito pertinente. Antes de discutir como a democracia “inteligente” poderia ser, eu diria que não existe democracia pura, tornando a verdadeira democracia um conceito problemático. Você tem razão: uma democracia está relacionada a alguns valores quando está ligada a um qualificador. Isso indica que a própria democracia, o próprio conceito, nada mais é do que uma ferramenta ou procedimento e que não concordaremos com uma democracia comprometida com valores que não são os nossos. Portanto, qualificadores importam mais do que democracia, pois qualificadores revelam os problemas mais profundos e os conflitos. A retórica grandiosa da democracia pode ocultar a busca de fato de valores, interesses e poder específicos.

Seu conceito de qualificador é esclarecedor; faz-me lembrar o problema crítico dos valores de classificação. Cada um tem seu *ranking* de valores; caso contrário, ficam presos no dilema de tentar fazer tudo. A hierarquização dos valores sugere discriminação e, portanto, conflitos em todos os lugares. Discriminação é uma palavra assustadora, mas refere-se ao fato de que todos estão discriminando, embora a maioria das pessoas prefira se posicionar contra qualquer discriminação. Um qualificativo ou um rótulo parcial de democracia, liberal ou popular, liberdade individual ou justiça social, dificilmente reduzirá conflitos ou discordâncias e pode até aumentar a entropia social ou as fragmentações sociais. Então, eu confiaria em algo diferente dos valores reivindicados,

por mais atraentes que sejam. Em vez disso, eu me voltaria para o desenvolvimento das “configurações de inteligência” no sistema operacional da democracia, na expectativa de uma democracia baseada em inteligência - o que eu chamo de “democracia inteligente” - na qual o arranjo sistemático permitirá que o conhecimento assumira o poder para tomar a decisão final. Em um sentido visionário, a super IA pode ajudar no futuro, funcionando como um complemento para as mentes humanas ou até mesmo trabalhando em conjunto com mentes humanas e, finalmente, criando uma IA-transsubjetividade humana, esperançosamente mais inteligente e menos ideológica. A democracia tem como objetivo tomar decisões públicas em prol de toda a sociedade, em vez de servir a poderes políticos concorrentes.

SH: Uma última pergunta, que pode ser de grande interesse para nossos leitores. Recentemente, você coeditou o Dicionário euro-chinês de mal-entendidos culturais com estudiosos europeus. Essa ideia é fantástica porque você está fora do paradigma pós-colonial, onde é necessário considerar diferentes epistemes (do Sul), mas trabalha com seus colegas europeus para superar mal-entendidos. Isso é semelhante aos grupos de pesquisa sino-franceses que clamam por uma sociologia pós-ocidental e trabalham juntos.

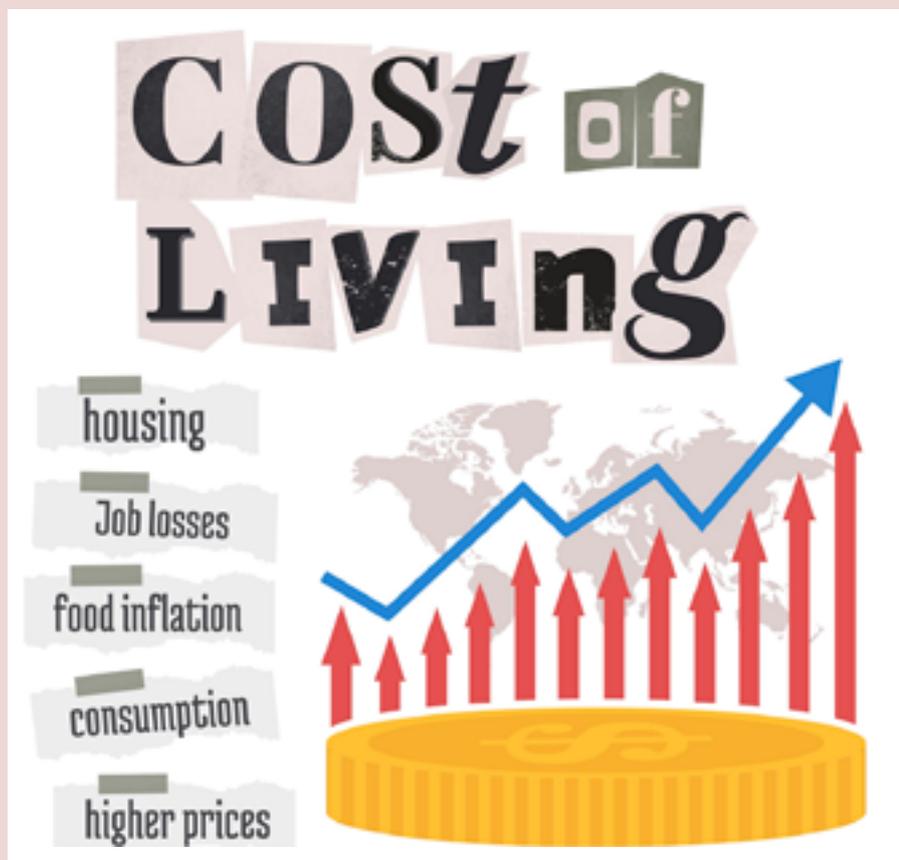
ZT: Precisamos desenvolver uma nova e melhor episteme em vez de nos envolvermos na competição antagônica das tradicionais. Não considero a visão pós-colonial como uma saída do colonialismo, ou mais especificamente, do orientalismo. Nossas mentes serão limitadas, presas e enganadas por conceitos e padrões colonialistas quando tentarmos uma maneira pós-colonial de falar ou “desdizer” o que foi dito de nós: o quadro orientalista imposto a “nós” pelos colonialistas. Quero dizer que, se eu falar contra o colonialismo, a arquitetura da minha mente será construída por conceitos coloniais, será ambientada em discursos coloniais e minhas palavras não falarão o que penso. Ou, se você diz: “Eu não sou como você pensa”, seu alcance e visão foram involuntariamente confinados pelos horizontes colonialistas ou orientalistas, perdendo sua liberdade de espírito. O antagonismo das epistemes é maçante e negativo. Em vez disso, eu recomençaria com os problemas primários e gerais enfrentados por todos os seres humanos, e poderíamos compartilhar e trocar diferentes conceitos, melhores argumentos ou interessantes mal-entendidos mútuos; todos nós podemos nos beneficiar. Eu chamo isso de “multiplicação transcultural” – uma metáfora preliminar antes de eu encontrar uma melhor.

É natural que alguém entenda mal os outros; A outra mente sempre tem um motivo para nos entender mal. Podemos reduzir mal-entendidos mútuos esclarecendo conceitos básicos, vendo se nossas teorias e os pressupostos subjacentes a nossos ou seus conceitos são consistentes ou não. ■

> Custo de vida: conceitos de especialistas e esforços cotidianos

por **Federico Neiburg**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil, **Isabelle Guérin**, Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento, França, e **Susana Narotzky**, Universidade de Barcelona, Espanha

Credito: Vitória Gonzalez, 2024.



Esta seção temática é resultado de uma parceria entre a *Diálogo Global* e a *International Sociology*. Nela, pretendemos disponibilizar a um público mais amplo alguns dos principais resultados de um [número especial](#) que acaba de ser publicado na revista *International Sociology*. Neste artigo, apresentamos o conceito de *custo de vida*, que é tanto uma categoria construída e utilizada no universo dos especialistas quanto um conceito vernacular que atravessa o cotidiano das pessoas, em alusão a uma gama de esforços e experiências em momentos de crise. Propomos uma perspectiva multiescalar, histórica e comparativa que permita observar e analisar os di-

lemas produzidos na contemporaneidade pelas polícrises. Isso inclui os efeitos combinados do aumento dos preços de itens básicos, como alimentos e energia, a precarização dos mercados de trabalho e a queda acelerada dos salários após a pandemia de COVID-19 em escala global. Essas múltiplas dimensões das crises têm afetado as formas pelas quais indivíduos e famílias buscam vidas dignas de serem vividas. Também chamamos a atenção para as dimensões morais e políticas do aumento do custo de vida e para os conflitos e lutas que estão ocorrendo no mundo dos especialistas, nos espaços públicos e no cotidiano das pessoas.

>>

> O contexto

Os efeitos combinados da pandemia de COVID-19, da crise climática e da guerra no Leste Europeu tornaram o aumento do custo de vida, a inflação e a fome questões centrais nos debates públicos e na vida cotidiana das pessoas. Muitos precisam lidar com a diminuição do poder de compra do dinheiro e a escassez produzida por interrupções nas cadeias de suprimentos de produtos considerados essenciais à vida, como alimentos, água e energia. Um ciclo sem precedentes de alta de preços se desenrolou em escala planetária. Isso está afetando não apenas os mais pobres e as chamadas classes médias dos países do Sul Global, mas também aqueles que vivem nos países ricos da Europa e da América do Norte. O índice global de preços de alimentos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) atingiu em março de 2022 seu maior nível em 60 anos, enquanto a série histórica do Fundo Monetário Internacional indicou os maiores aumentos nos preços de alimentos e energia em 100 anos. O aumento dos preços dos itens básicos de consumo é uma dimensão-chave da atual policrise, assim como a falta de emprego ou sua precariedade, a diminuição do valor real dos salários, as migrações maciças e a emergência ambiental.

> O conceito

“Custo de vida” é uma categoria prática polissêmica. É essa polissemia que tentamos captar aqui. O conceito de “custo de vida” nasceu no final do século XIX e início do século XX, juntamente com a ciência econômica moderna, como um dispositivo para indexar vidas humanas com números e quantidades de dinheiro. O mínimo necessário para produzir vida tem um preço (por exemplo, o valor monetário de uma cesta básica). Os preços também variam e essas variações são representadas em percentuais em relação aos segmentos de tempo: semanal, mensal, anual. Assim, no mundo dos especialistas, o custo de vida está intrinsecamente ligado a dois grandes aspectos: primeiro, à compreensão da inflação como fato social e como objeto de governo; segundo, ao conceito de necessidade ou necessidades básicas. O campo de produção de números da inflação e do custo de vida é uma arena de controvérsias na qual participam agências governamentais, instituições corporativas, sindicatos, organizações internacionais e agências humanitárias, produzindo configurações de debate público nacional e internacional e batalhas políticas.

No entanto, ao mesmo tempo, o conceito de custo de vida também existe fora do âmbito dos especialistas econômicos e daqueles envolvidos no governo da vida econômica. O custo de vida é uma categoria prática que vai além de um índice numérico: participa do fluxo da vida comum, de indivíduos, famílias e lares. Refere-se a uma miríade de custos e esforços que dão sentido

a ações, estratégias, alegrias e frustrações cotidianas, bem como a movimentos sociais e transgressões ocultas, como aquelas que lançam reivindicações contra a inflação ou o custo de vida elevado.

> Preenchendo uma lacuna

Os universos da ciência econômica e do humanitarismo têm conceitualizado o aumento do custo de vida, a escassez de alimentos e a fome. Para as ciências sociais, no entanto, esses fenômenos parecem permanecer objetos marginais que, salvo raras exceções, não entram na agenda. O objetivo desta seção temática e do número especial de *International Sociology* é justamente preencher essa lacuna. Para tanto, propomos uma abordagem multidisciplinar e multiescalar. Os artigos deste volume percorrem várias tradições temáticas e disciplinares: sociologia política e economia de mercados, preços e números; sociologia econômica e feminista e antropologia das práticas cotidianas e suas dimensões afetivas, íntimas e sensoriais; e a ecologia política da alimentação e da vida. Ao mesmo tempo, os artigos aqui reunidos mostram os entrelaçamentos entre questões geopolíticas internacionais, o peso maciço das organizações humanitárias e da ajuda na definição de indicadores de custo de vida em contextos locais, os modos nacionais de governo e suas histórias coloniais, e a intimidade e sensorialidade do custo de vida no cotidiano de povos e famílias.

Debates públicos, conhecimento especializado e conceitos e práticas dos cidadãos comuns podem estar em conflito, mas também se entrelaçam e se constroem mutuamente. De fato, a sociologia e a antropologia podem revelar essa co-construção com as tensões, conflitos e circulações que ela implica. Uma perspectiva comparativa e histórica também lança luz sobre como o custo de vida é distribuído de forma desigual, como essas desigualdades mudam ao longo do tempo, como formuladores de políticas, especialistas e famílias lidam com crises, enquanto mobilizam ou ignoram as disposições sociais construídas ao longo de outras crises.

Focalizamos esses processos a partir de uma perspectiva comparada em um duplo sentido: considerando situações passadas e presentes no Norte Global e no Sul Global; e relacionando macroprocessos em escala nacional e internacional às microdimensões da busca cotidiana por uma vida digna de ser vivida em meio à inflação, à escassez alimentar e à fome. Esses emaranhados de escalas e processos reavivam questões de relações de poder, debates morais sobre o que é legítimo, aceitável, normal ou básico e o que não é, e segundo quem, bem como disputas sobre o que é uma vida que vale a pena ser vivida, com fortes variações dependendo de contextos e histórias nacionais, relações de gênero e diferenças raciais e de classe. ■

Contato com Federico Neiburg <federico.neiburg@gmail.com>

> Desalinhamentos: dinheiro da casa e experiências inflacionárias

por **Eugênia Motta** e **Federico Neiburg**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil



Complexo da Maré.
Credito: Brasil de Fato, 2020.

Neste artigo, abordamos como os moradores de uma área de favela conhecida como “Complexo da Maré”, na cidade do Rio de Janeiro, enfrentaram aumentos de preços, especialmente em alimentos e energia, durante 2021 e 2022, ainda no contexto da pandemia de COVID-19. Utilizamos o conceito de *alinhamento* (e seus derivados, como *desalinhamento* e *realinhamento*) para analisar as diferentes formas de lidar com o aumento do custo de vida por meio de mudanças materiais e perspectivas futuras em diferentes escalas: desde os ideais de uma boa vida desejados por pessoas e famílias, até decisões que precisam ser tomadas imediatamente ou em um futuro próximo. Nós chamamos de *trabalho de alinhamento* as atividades cotidianas por meio das quais as pessoas e as famílias lidavam com a instabilidade da renda, a variação dos fluxos monetários, a gestão das frustrações em relação às restrições impostas pela inflação e a manutenção de vínculos significativos, colocados em risco ou alterados pela crise. Essas atividades envolviam, por exemplo, avaliar constantemente as diferenças de preços, movimentar-se de novas formas na cidade, (re)classificar os gastos e mudar a forma como os produtos eram comprados e vendidos. Assim, o trabalho de

alinhamento é uma combinação de formas de imaginar, calcular, projetar e conviver, articuladas em avaliações sobre o que, como, onde e por que comprar ou vender.

> Acontecimentos extraordinários e vidas ordinárias

A pandemia de COVID-19, juntamente com a correspondente contração econômica e aumentos nos preços dos bens básicos, foram experimentados de diversas maneiras, revelando meios distintos de lidar com eventos extraordinários através do fluxo de vidas comuns. Para algumas das pessoas com quem conversamos, durante esse período as coisas não foram tão diferentes de suas rotinas permanentes de instabilidade, pobreza e luta. Isso lhes permitiu ativar estratégias cultivadas ao longo de suas vidas e através de gerações. Para outros, a inflação e a perda de renda combinadas com outros eventos, como doença e morte na família, acentuaram um sentimento de excepcionalidade. Enquanto isso, a pandemia e o consequente aumento dos preços abriram novas possibilidades e oportunidades para outros. Essas variações estão no centro do processo diferencial de produção de desigualdade que está ligado à inflação

>>

e ao aumento do preço dos alimentos – considerando que, no Complexo da Maré, os três primeiros itens do orçamento familiar são, respectivamente, alimentação, pagamento de dívidas e serviços domiciliares.

Tanto em termos de mobilidade (que foi restringida por políticas destinadas a evitar a propagação da COVID-19) quanto da instabilidade das fontes de renda, a vida daqueles que entrevistamos é moldada por temporalidades ao mesmo tempo *disruptivas* e *recorrentes*. No entanto, mesmo em um contexto de rotinização das crises, as altas de preços (particularmente dos alimentos e do gás de cozinha) atingem o coração do principal espaço onde a reprodução da vida é representada: a casa. É por isso que tempos de inflação exigem realinhamentos intensos e específicos (entre a realidade das economias, rotinas e expectativas domésticas), como mudanças nos hábitos alimentares e de culinária, redefinição do que se considera “gastos básicos”, reconversão de atividades geradoras de renda, endividamento ou uso dos muitos pacotes de auxílio emergencial fornecidos pelo governo.

As casas são os principais locais onde as vidas daqueles com quem conversamos são reproduzidas, e a cozinha é o coração das atividades de cuidado que criam um lar e as pessoas que o habitam. Portanto, as mudanças nas rotinas de compra, preparo, consumo e, às vezes, venda de alimentos são crucialmente afetadas pelo aumento dos preços dos alimentos e do gás. As casas, a nosso ver, são ao mesmo tempo espaços materiais, afetivos e simbólicos, atravessados pela solidariedade e pelas tensões características dos laços de proximidade, estruturados pelas relações de gênero e geracionais.

> Dinheiro da casa

Ao contrário da imagem projetada na categoria doméstico, instrumentalizada nas pesquisas estatísticas em geral e nas pesquisas de segurança alimentar em particular, os domicílios não são entidades isoladas. Fazem parte de redes e configurações de casas. A proximidade ou distância entre eles (ou seu maior ou menor isolamento relativo) é um elemento crucial na cons-

trução do distanciamento social. Além disso, as casas não são apenas locais de consumo, mas também locais geradores de renda por meio da venda de serviços de reparo ou cuidados pessoais e do preparo de alimentos para venda. A própria residência, ou uma janela ou um quarto, pode servir como um mercado. As vendas podem ocorrer ocasionalmente ou com alguma regularidade e, por vezes, outros membros do agregado familiar ou da configuração das casas ajudam.

A chave para descrever a dinâmica das famílias durante um período de inflação, e particularmente no contexto do aumento dos preços dos alimentos e do gás, é o conceito de (*dinheiro da casa*): expressão nativa que permite estudar os diferentes significados de dinheiro e práticas monetárias do ponto de vista dos espaços domésticos. O conceito de *dinheiro da casa* designa um nexos moral e prático entre pessoas, dinheiro e casas que valoriza as necessidades comunitárias ou comuns para a manutenção da casa como um espaço processual vivo, dando origem a despesas de natureza obrigatória e regular, como aluguel, serviços e alimentação. Assim, é possível olhar para as estratégias que visam alinhar os distúrbios nesses diferentes aspectos (particularmente a redução do poder aquisitivo) com uma redefinição do que são consideradas necessidades para a (re)produção da vida.

> Uma crítica etnográfica da inflação

O conceito de alinhamento ocupa um lugar central nas teorias econômicas da inflação. As chamadas perspectivas monetaristas explicam a inflação como um efeito do excesso de oferta de moeda e do descasamento das expectativas com a alta dos preços. Visões consideradas heterodoxas explicam a inflação identificando desajustes nas cadeias produtivas e desequilíbrios causados por disputas distributivas. Com base na experiência específica e cotidiana de aumento do custo de vida daqueles com quem conversamos no Complexo da Maré, e adotando uma perspectiva pragmática sobre a moeda que considera a [dimensão sensorial da inflação](#), propomos uma crítica etnográfica ao próprio conceito de inflação. ■

Contato com:

Federico Neiburg <federico.neiburg@gmail.com>

Eugênia Motta <motta.eugenia@gmail.com>

> Lidando com a inflação

na Argentina contemporânea

por **María Clara Hernández**, Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina, e **Mariana Luzzi**, Universidade Nacional de San Martín, Argentina



| Crédito: Vitória Gonzalez, 2024.

Nos últimos anos, e depois de muito tempo, a inflação voltou a ser um tema central na agenda econômica e política de diferentes países. As fontes dos aumentos de preços e os instrumentos políticos disponíveis para enfrentá-los tornaram-se temas de discussão entre especialistas dentro e fora dos governos. Mas como as pessoas lidam diariamente com a inflação e o que a sociologia pode nos dizer sobre isso? Muitas questões surgem quando se considera como o aumento do custo de vida afeta as economias das famílias. De que maneiras específicas os agentes se referem à in-

flação e incorporam informações sobre aumentos de preços em suas práticas cotidianas? Como a variação de preços afeta a projeção de cálculos e transações ao longo do tempo? Que métodos contábeis são implementados em contextos de inflação persistente?

Neste artigo, abordamos essas questões com base em pesquisas recentes sobre o caso da Argentina. Por um lado, analisamos como o aumento dos preços aparece nas preocupações das pessoas. Por outro, demonstramos as formas ordinárias de medir a inflação que observamos quando nos concentramos nas economias

>>

domésticas. Com base na sociologia econômica, destacamos duas questões centrais ligadas ao aumento do custo de vida. Primeiro, há a questão de como as famílias experimentam viver com a escalada da inflação; em segundo lugar, há o interesse em produzir conhecimento leigo sobre os fenômenos econômicos e sua relação com as teorias e ferramentas criadas por especialistas para abordá-los.

> Inflação e cotidiano econômico na Argentina

A Argentina se destaca como um país com um longo histórico de problemas inflacionários. É também um dos poucos países que já havia apresentado [alta inflação anual](#) no presente século antes da pandemia de COVID-19. [Entre 2003 e 2006](#), a taxa de inflação média foi inferior a 10% ao ano na Argentina, enquanto de 2007 a 2021, saltou para mais de 30%, chegando a 94,8% ao ano em 2022. Como resultado, pelo menos nos últimos 15 anos, a inflação tem sido um assunto de preocupação pública em todo o país.

Entre 2017 e 2020, realizamos pesquisas com famílias de baixa e média renda em uma cidade de médio porte na província de Buenos Aires. Nosso objetivo foi estudar a configuração das práticas econômicas das famílias no contexto da inflação sustentada e crescente, considerando o consumo e o planejamento orçamentário, as práticas de poupança e crédito. Complementamos nossos resultados de pesquisa com observações feitas em um estudo diferente focado nas economias domésticas durante a pandemia de COVID-19. Neste último caso, embora os efeitos da inflação não tenham sido uma meta específica do estudo, eles desempenharam um papel essencial em seus resultados. O trabalho de campo deste estudo destacou a importância do aumento de preços para as preocupações das famílias entrevistadas.

Considerando a literatura sobre inflação e seus efeitos sobre o comportamento do consumidor, uma das principais contribuições deste artigo é a construção de uma perspectiva sobre a inflação que não se restrinja a examinar momentos de crise aguda. Em vez disso, nossa abordagem pode explicar tanto as coisas que mudam quanto as coisas que permanecem quando um aumento generalizado dos preços, longe de ser uma exceção, se torna parte da vida econômica cotidiana. Essa perspectiva não se limita aos aspectos macroeconômicos do fenômeno, mas incorpora um olhar detalhado sobre como ele pode afetar as práticas cotidianas dos agentes econômicos.

> Nossos principais achados

Nossa pesquisa mostra que as ligações entre o conhecimento especializado e as práticas e percepções cotidianas não são diretas e tendem a ser mais complexas do que geralmente se supõe. Mesmo em períodos de aumentos significativos de preços, as pessoas raramente usam termos eruditos ou incorporam medidas técnicas para comentar a inflação quando se discute a economia doméstica. Ao invés disso, as principais questões na conversa cotidiana são o aumento do preço de bens específicos que são considerados essenciais no consumo das famílias, ou o aumento do custo desses produtos historicamente usados para prever o que pode acontecer com o preço de outros bens (como combustível ou dólar). Ambas as referências são formas de expressar o comportamento geral dos preços e a diminuição do poder de compra da moeda. Além disso, focando nas formas específicas de cálculo que permitem às famílias lidar com a evolução da inflação (as chamadas “medidas de inflação domésticas”), nossa pesquisa mostra maneiras específicas pelas quais as informações sobre preços influenciam os critérios usados para organizar o consumo diário e a alocação do dinheiro das famílias.

Por fim, nossa pesquisa também sugere que, ao contrário do que a literatura sobre períodos históricos anteriores tem relatado, as estratégias empregadas pelas famílias diante da inflação buscam, antes de tudo, garantir o consumo adaptando os ritmos, locais ou tipos de compras. Assim, a especulação ou a busca por ganhos aproveitando-se da inflação não foi a reação dominante aos aumentos de preços que encontramos durante nosso trabalho de campo. No entanto, à medida que a inflação na Argentina persistir e acelerar, com os consequentes efeitos sobre os salários reais, as estratégias poderão ser transformadas. Pesquisas futuras permitirão revelar se e em que condições as práticas observadas em períodos anteriores de alta inflação retornam ou não.

Em um momento em que a inflação volta a ser um desafio global, analisar o caso argentino ajuda a iluminar empiricamente como dinâmicas microssociais específicas ligadas à inflação se desdobram empiricamente. Nessa linha, o diálogo global sobre o tema poderia ser estimulado abordando formas nativas de vivenciar e lidar com aumentos de preços em outros contextos. ■

Contato com:
 María Clara Hernández <mariaclaraher@gmail.com>
 Mariana Luzzi <mluzzi@unsam.edu.ar>

> O papel da mandioca na manutenção de populações precárias no Equador

por **Cristina Cielo** e **Cristina Vera**, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), Equador



Produtores colhem yuca.

Credito: Ministério da Agricultura e Pecuária, Equador.

De que forma as populações em situação de precariedade, cujas necessidades não são atendidas, se sustentam? Como elas se nutrem não apenas materialmente, mas também em termos sociais significativos, e qual a relação entre sustento objetivo e subjetivo? Argumentamos que as relações das comunidades com a comida ajudam a moldar suas experiências de crises. O termo francês *la vie chère* invoca simultaneamente relações afetivas, valorizações coletivas e preços elevados, indicando a importância de todas essas dimensões na compreensão das experiências e respostas ao aumento do custo de vida. Nesse sentido, mostramos que ecologias alimentares afetivas [específicas](#) têm o potencial de influenciar as oportunidades das pessoas para subsistência material.

Nosso estudo compara a importância da yuca – termo regional para o tubérculo também conhecido como aipim

e mandioca – em uma província costeira e amazônica do Equador: áreas em que as relações com a mandioca foram moldadas historicamente, bem como pela produção especializada de conhecimento do tubérculo. Através do estudo da mandioca em um país onde apenas um terço da população economicamente ativa tem um emprego em tempo integral e ganha uma renda básica de US\$ 450 por mês ou mais, e onde os bens de consumo básicos custam a uma família de quatro pessoas US\$ 763 por mês, buscamos lançar luz sobre trajetórias de reprodução social em contextos de escassez. Mostramos que a chave para a incorporação da mandioca nas estratégias de subsistência das pessoas são as histórias de colonização e exploração tanto da terra quanto das pessoas, que moldam as relações sociais e as entre as pessoas e a natureza, reforçando o papel relacional da mandioca em ecologias diversas.

>>

> A promessa da mandioca

O estudo da mandioca, de forma mais geral, desperta interesse global atualmente devido a uma mudança em sua reputação racializada como uma “cultura de pobre”; ela é extensivamente produzida e consumida na África, Ásia e América Latina, com a maior parte sendo cultivada por pequenos agricultores em áreas economicamente e ecologicamente periféricas. Com a intensificação das crises climática e econômica, a resistência à seca da mandioca e sua capacidade de crescer em solos de baixa qualidade, inférteis e ácidos, bem como sua eficiência em termos de produção de energia – produzindo mais calorias por hectare do que arroz, trigo ou milho – prometem ajudar a alimentar as populações crescentes do Sul Global. É agora anunciada como a ‘cultura de raízes do século’. No Brasil, por exemplo, a maior parte da ingestão calórica das populações pobres é através do consumo de yuca (mandioca). A produção mundial de mandioca aumentou três vezes desde a década de 1980 e agora tem a maior produção em volume de qualquer cultura na Nigéria.

A Revolução Verde de meados do século XX foi impulsionada por iniciativas para alimentar a crescente população mundial, ao mesmo tempo em que aumentava a influência política e econômica dos EUA nos estados pós-coloniais. Em 1971, o Conselho de Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR), liderado pelo Banco Mundial, incluiu centros de pesquisa agrícola estabelecidos no México, Filipinas, Nigéria e Colômbia para melhorar a produtividade de culturas básicas. Na década de 1980, o Centro Internacional de Agricultura Tropical (CIAT) da Colômbia começou a trabalhar com o Instituto Nacional de Pesquisa Agrícola do Equador (INIAP) para promover o papel da produção de mandioca no apoio ao desenvolvimento local e nacional. Com apoio material e técnico do CIAT, os cientistas agrícolas do INIAP trabalharam para aumentar a produtividade do cultivo de mandioca, enquanto o governo e as instituições de desenvolvimento coordenaram com o CIAT para incentivar empreendimentos microempreendedores a processar e comercializar produtos da mandioca.

> Experiências contrastantes: desigualdades pós-coloniais versus a “floresta viva”

Essas iniciativas encontraram terreno fértil, literalmente, na província costeira equatoriana de Manabí, onde está localizada uma das estações experimentais do INIAP. Com acesso tanto ao mar quanto aos vales aráveis, a região caracteriza-se desde o período colonial por sua importância agrícola e comercial. Consequentemente, as terras em Manabí há muito são controladas pelas classes dominantes – primeiro, as potências coloniais; depois, os *criollos* republicanos; e, mais recentemente, famílias ricas poderosas – e seu uso tem sido impulsionado pelas culturas agroindustriais de exportação de café, cacau e banana, levando a profundas desigualdades sociais e de distribuição de terra. Os projetos de desenvolvimento agrícola têm procurado explorar o potencial da mandioca para

mitigar essas desigualdades, particularmente diante da persistente falta de emprego estável.

Em contraste com o papel simbólico e econômico da mandioca na província costeira de Manabí, na Amazônia ela tem ocupado um lugar muito diferente dentro da alimentação, culturas e relações de gênero de grupos indígenas desde sua domesticação na bacia amazônica há mais de 3000 anos. *Chakras*, cultivados e cuidados exclusivamente por mulheres, são sistemas nutridos de flora e fauna diversificadas que imitam a ecologia natural da floresta. A mandioca ocupa um lugar especial nos *chakras* amazônicos; é um dos poucos produtos que é considerado parente e, mais especificamente, a própria progênie. O cuidado da mulher com a mandioca e seus *chakras* constitui um trabalho afetivo indissociável do cuidado com o bem-estar próprio e coletivo.

Recentemente, as organizações locais conseguiram obter o reconhecimento oficial do *chakra* como um Sistema de Patrimônio Agrícola de Importância Global, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). As mulheres que cultivam a mandioca e o *chakra* incorporam a proposta antiextrativista de “floresta viva” do movimento indígena e sua compreensão simbiótica, cosmológica e relacional da sustentabilidade. A chave na definição dessa proposta tem sido a colaboração entre intelectuais indígenas e outros acadêmicos e antropólogos.

> Interdependência de diferentes dimensões da alimentação ajuda a superar crises e desigualdades

A pandemia e as crises climáticas trouxeram em evidência vulnerabilidades e inseguranças alimentares derivadas de desigualdades globalmente estruturadas e vividas localmente, bem como respostas a essas necessidades urgentes. Embora o produtivismo permaneça no centro das análises e iniciativas de segurança alimentar, perspectivas interdisciplinares que destacam a interdependência permitem identificar nosso papel em processos interconectados de cultivo e consumo.

Ao compreender as dimensões afetivas, ecológicas e político-econômicas da alimentação, examinamos contextos díspares e desiguais para a sustentabilidade, por meio da organização de diversos elementos que constituem sociabilidades políticas específicas, agenciamentos vivos e invenções contra a precariedade. A incorporação diferencial da mandioca nas respostas a crises múltiplas e cada vez mais agudas destaca as maneiras pelas quais as histórias locais e as interpretações especializadas das dinâmicas sociais, biológicas, agrícolas e de desenvolvimento moldam as relações sociais contemporâneas, bem como aquelas entre as pessoas e a natureza, as compreensões da vida comum e do futuro, e as possibilidades de negociar e disputar a existência. ■

Contato com Cristina Cielo <mccielo@fiacso.edu.ec>

> Dilemas morais no fornecimento de alimentos

por **Susana Narotzky**, Universidade de Barcelona, Espanha, e **Bibiana Martínez Álvarez**, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha



“Preço justo. Custo de produção”. Crédito: Arquivo pessoal dos autores.

A conceituação específica dos custos da vida cotidiana que consideramos neste artigo decorre de uma interpretação da expressão “custo de vida” que aborda: (1) indicadores macroeconômicos de inflação, (2) a diferença entre o preço dos produtos alimentícios e o preço ao consumidor como um custo para os fazendeiros que põe em risco sua viabilidade e (3) como esse custo se expressa nos salários dos trabalhadores e coloca em risco sua subsistência. Por último, destacamos a energia que é necessário investir para garantir a reprodução social à escala dos indivíduos e das famílias – trabalhadores e empregadores na agricultura – e à escala de comunidades políticas inteiras, como o Estado-nação ou a União Europeia.

> Economia política e o custo moral de viver

A expressão “custo de vida” aqui se expande para os múltiplos e situados significados do que custa viver e as práticas que esses significados sustentam. Esse

esforço se traduz em dilemas morais que produzem e mediam resultados materiais – no corpo das pessoas, no ambiente, em mobilizações políticas de diferentes tipos. Baseamos nossa exploração teórica na estrutura da “economia moral” que enfatiza a centralidade dos valores, práticas e emoções morais na canalização do comportamento econômico e político. A força do conceito repousa na expressão de valores morais e obrigações por meio de provisão material, alocação de recursos e acumulação de capital. Em suma, a perspectiva que adotamos tenta compreender os aspectos morais das economias como parte integrante dos processos da economia política.

> Ser essencial, evitar a inflação e ser justo

Com a pandemia de COVID-19, uma das principais preocupações do governo espanhol era manter o fornecimento contínuo de alimentos e evitar a inflação excessiva. Trabalhadores e fazendeiros que trabalhavam dentro

>>

da cadeia alimentar foram rotulados como “essenciais” porque produziam um bem crítico: alimentos. Embora indiscutivelmente uma categoria utilitarista, o conceito de “essencial” era eminentemente moral. Falar em termos do “essencial” – o que confere sua “essência” a uma comunidade – deslocou a conversa econômica para o domínio do “bem comum” e, portanto, para o domínio da moralidade.

No entanto, trabalhadores, fazendeiros, empresas de distribuição de alimentos, consumidores e o governo entenderam o imperativo moral do fornecimento de alimentos a partir de posições diferentes dentro da cadeia alimentar. Estes significados conflitantes e as ações que incentivaram são os “dilemas morais” abordados neste artigo ao serem analisados em detalhes: (1) inflação, um conceito técnico – ainda que moralmente carregado – que justifica políticas, (2) “preços justos”, um conceito proposto pelos fazendeiros em discursos e mobilizações, e (3) “salários justos”, o objetivo centrado na subsistência que informa muitas lutas dos trabalhadores. Nem este apelo a “preços justos” por parte dos fazendeiros, nem a reivindicação de “salários justos” por parte dos trabalhadores eram novos. A novidade foi o foco público nos consumidores, a importância de evitar a escassez de alimentos e as pressões inflacionárias sobre os preços dos alimentos em um contexto de desemprego, desocupação e redução da renda geral na maioria das famílias.

Em nosso artigo recém-publicado na [International Sociology](#), analisamos os dados de inflação espanhola para produtos alimentícios e, em particular, produtos alimentícios frescos começando com o período de inflação negativa de 2020 e continuando até o presente. Em 2020, quando a Europa entrou em *lockdown*, o consumo de muitas coisas parou ou diminuiu abruptamente, com duas grandes consequências: primeiro, a renda das pessoas diminuiu por causa do desemprego ou da dispensa temporária; Em segundo lugar, as principais despesas das pessoas passaram a centrar-se em itens básicos relacionados ao sustento, entre eles, muito destacadamente, a alimentação. Embora a escassez de mão de obra tenha sido o principal argumento para o aumento dos preços dos alimentos durante os meses iniciais da pandemia, isso perdeu força com o fim do *lockdown*. O aumento inflacionário pós-pandemia foi relacionado ao aumento do custo dos insumos (combustíveis, fertilizantes, mão de obra) e a uma seca que afetou a produtividade, mas os fazendeiros culpavam as cadeias de distribuição pelo aumento dos preços mesmo quando os preços agrícolas permaneceram estáveis. Os fazendeiros expressaram sua reivindicação por “preços justos” e se mobilizaram de acordo. Analisamos a cadeia de preços desde a porta da fazenda até o ponto de venda ao consumidor, seguindo um índice produzido por fazendeiros em conjunto com associações de consumidores, a fim de avaliar a variação de preços, e a comparamos com os discursos de diferentes *stakeholders*, mostrando os emaranhados morais das evidências.

> Valorização material e moral do trabalho agrícola, das provisões e da vida humana

Os fazendeiros apontam os recentes aumentos no salário mínimo como um dos fatores que põem em perigo a viabilidade de seu modo de vida e a reprodução social de seus lares, e que leva à inflação. Este medo pela sua viabilidade supostamente justifica as condições extremas e exploratórias que os fazendeiros impõem aos trabalhadores diários. No entanto, os trabalhadores agrícolas reivindicam “salários justos” e denunciam as práticas irregulares dos fazendeiros. O conceito de equidade expresso pelos trabalhadores refere-se ao salário digno, às condições de trabalho e ao respeito. Engloba um complexo processo de valoração que inclui critérios materiais e morais que possibilitam a reprodução social. Enquanto as vidas dos trabalhadores diários representam um “custo” para os fazendeiros, os esforços dos trabalhadores agrícolas para buscar justiça destacam o que realmente custa viver.

Nosso artigo explora a conexão dos três aspectos do “custo de vida” que analisamos no setor crucial do abastecimento de alimentos: inflação, preços injustos e salários injustos. Como os alimentos são um insumo inevitável para a vida humana, refletimos sobre como o custo sistêmico de sustentar a vida é extremamente alto, além do aspecto circunstancial da pressão inflacionária pós-pandemia na Europa, que tem sido atribuída principalmente ao estresse da cadeia de suprimentos e aos preços da energia. O custo de vida é um episódio conjuntural, como somos levados a acreditar, ou está estruturalmente embutido em nossa economia?

Não só perguntamos qual é o custo de vida, mas também que vidas se tornam um custo e, inversamente, que custo de vida em termos de esforço para produzir um modo de vida. As práticas que analisamos são sempre impregnadas de argumentos morais, ainda que divergentes, sobre o que é melhor para a sociedade. As moralidades em jogo, no entanto, expressam-se em diferentes índices quantitativos, bem como em atributos discursivos qualitativos que descrevem a ação humana: justiça, dignidade e equidade. Esse tipo de evidência converge nas lutas para alcançar uma “vida melhor”, indiscutivelmente uma vida a um custo menor. O dilema moral da reprodução social reside em questões como essas que investigam o que significa o custo de vida para diferentes pessoas em diferentes posições sociais. ■

Contato com Susana Narotzky <narotzky@ub.edu>

> Acompanhando o custo de vida em Madagascar

por **Florent Bédécarrats, Isabelle Guérin, Mireille Razafindrakoto e François Roubaud**, Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD), França, **Flore Dazet**, EHESS Paris, França



Mercado Majunga, Madagascar.
Credito: Fleur28 / Wikimedia Commons.

Medir o custo de vida é crucial para compreender o tecido econômico, social e político de um país. No entanto, está repleto de complexidades e controvérsias que decorrem das diversas interpretações de “custo”, que envolvem valores, capacidades técnicas, recursos e dinâmicas de poder. Apesar das suas limitações, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) é frequentemente utilizado como o principal indicador do custo de vida, refletindo e moldando assim as condições econômicas. O IPC é utilizado como principal indicador da inflação, desempenha um papel fundamental na medição das taxas de pobreza e das paridades de poder de compra e funciona como deflator da parcela do PIB atribuída ao setor informal. Além disso, o IPC é fundamental na indexação e negociação de salários, pensões e transferências sociais; e na estruturação de programas de ajuda e obrigações financeiras. Estudos anteriores exploraram a história social do IPC nos países desenvolvidos e em contextos hiperinflacionários, revelando o seu papel influente na formação dos Esta-

dos-providência e nas regulamentações salariais. Este conjunto de pesquisa investiga como as mudanças na dinâmica do poder, atores sociais e o papel crescente dos setores privado e financeiro moldaram o desenvolvimento e a aplicação do IPC.

> O caso de Madagascar: três indicadores como *proxies* imperfeitos e insatisfatórios

No entanto, permanece uma lacuna crítica na compreensão de como a produção e a utilização de métricas de custo de vida funcionam em economias fragmentadas e em estados fracos. Para endereçar esta lacuna, neste artigo examinamos o caso de Madagascar: uma antiga colônia francesa onde a auto-subsistência persiste e escapa parcialmente ao mercado devido ao autoconsumo agrícola, caça e coleta. Madagascar combina insegurança alimentar crônica, pobreza extrema e um Estado frágil sob um regime de ajuda humanitária. A nossa investigação utiliza diversas fontes, incluindo a nossa própria experiência (reflexiva) como produtores de dados estatísticos em Madagascar, a observação participante

>>

numa ONG humanitária que gera os seus próprios dados e entrevistas com vários atores envolvidos na produção e utilização de dados de preços.

A nossa análise revela três formas de compreender o custo de vida: o IPC do Instituto Nacional de Estatística, utilizado para orientação macroeconómica e negociações com doadores internacionais; análises alternativas e, por vezes, surveys produzidos por equipas de investigação preocupadas em explicar a persistência da pobreza e da desigualdade; e indicadores e surveys dos atores da ajuda humanitária, destinados a orientar a distribuição da ajuda e centrados em áreas e populações em risco de fome. Questionamos a elaboração e o uso de indicadores como uma *proxy* imperfeita e insatisfatória para contabilizar o custo de vida e mostramos que as modalidades técnicas refletem visões contrastantes sobre o que conta e quem conta ou não, e são também indicativas de quem governa e com que propósito.

> **Interpretações económicas e humanitárias especializadas**

Os especialistas do IPC definem o custo de vida como um preço médio ao consumidor supostamente válido em escala nacional. Em Madagascar, no entanto, e apesar dos esforços para adaptá-lo ao contexto malgaxe, o IPC reflete uma realidade parcial, tendenciosa a favor da economia formal, de uma população urbana abastada e baseada num comportamento de consumo ultrapassado, ignorando o fracasso e a degradação de serviços públicos e os diversos custos (preço adicional, perda de “utilidade” ou bem-estar, perda de tempo, etc.) que isso implica para a população. Deve-se notar que uma falta crónica de recursos humanos e financeiros limita a capacidade dos especialistas em estatística para resolver estas deficiências, apesar de estarem amplamente conscientes delas.

Economistas especializados em pobreza e desigualdade definem o custo de vida como o resultado de comportamentos de consumo individuais (ou familiares) que variam de acordo com grupos sociais, espaço e tempo. Surveys estatísticos específicos adaptados aos contextos locais destacam, por exemplo, grandes variações nas práticas de consumo das famílias ao longo do tempo para fazer face às crises, as características específicas das famílias rurais, a importância crucial do autoconsumo, a extensão da deterioração dos serviços públicos, e a conseqüente perda de bem-estar.

Os atores humanitários definem o custo de vida como um mínimo fisiológico necessário para evitar a subnutrição. Eles produzem os seus próprios surveys (incluindo surveys de preços), dados e indicadores, e esta produção é abundante e impressionante em termos do grau de tecnicidade (mesmo que muito distante das “melhores práticas” normalmente utilizadas para o IPC) e dos recursos dedicados à tarefa. Apesar dos esforços para realizar surveys participativos, estes são

difíceis de traduzir em números e as populações locais muitas vezes expressam-se indiretamente, transgredindo políticas e intervenções humanitárias de acordo com os seus próprios padrões de justiça.

> **Uma missão impossível sob um governo fragmentado e uma diversidade nacional**

Cada uma dessas formas de especialização tem sua própria razão de ser. Os seus promotores raramente se deixam enganar pelas fraquezas e limitações dos seus números, mas têm uma missão a cumprir e objetivos a alcançar. Eles medem o que querem medir e o que podem medir. Tal como acontece com qualquer tipo de número, os números que produzem servem tanto para explicar a realidade como para torná-la legível e moldar a política. Para além da diversidade de valores relativos ao que conta e deve ser contabilizado, a diversidade dos números do custo de vida ilustra um modo fragmentado de governo, no qual as ONG e as organizações internacionais desempenham um papel de liderança. A falta de legitimidade dos dados nacionais sobre preços, que reflete e cristaliza a fraca legitimidade do Estado malgaxe, autoriza e incentiva as agências de ajuda humanitária a produzir os seus próprios dados. O resultado é uma dinâmica autopiética em que os dados produzidos justificam tanto a urgência de agir como a indispensabilidade dos atores humanitários e de desenvolvimento.

A profusão de indicadores e análises reflete também a fragmentação económica e social do país. O IPC é supostamente “nacional”, mas representa apenas uma pequena fração da população e da economia (urbana e baseada no mercado). Não existe uma economia, mas uma pluralidade de economias separadas e por vezes incomensuráveis. Muito esforço das equipas de pesquisa e dos atores humanitários, por vezes isoladamente, por vezes em colaboração, é dedicado à obtenção de uma melhor compreensão desta pluralidade. No entanto, estes esforços não podem ter em conta as especificidades do custo de vida num contexto onde a economia informal, o autoconsumo, as despesas sociais e simbólicas, a caça e a coleta representam uma parte significativa dos meios de subsistência e de uma vida que vale a pena viver.

Com o surgimento das políticas de conservação da natureza, estas questões não podem mais ser ignoradas. Madagascar tem uma política de conservação muito ambiciosa que ameaça seriamente as práticas de caça e coleta de muitos aldeões. Até agora, são os mais pobres que já pagam o preço de índices de preços tendenciosos e aproximados, e esta situação poderá agravar-se se não forem aplicados melhores métodos de análise do custo de vida, incluindo ter em conta a sua dimensão de dignidade e valor de vida que vale a pena ser vivida. ■

Contato com Florent Bédécarrats <florent.bedecarrats@ird.fr>

> O poder dos subsídios de preços em Marrocos

por **Boris Samuel**, Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento e Instituto de Mundos Africanos, França, e **Beatrice Ferlaino**, Universidade de Bolonha, Itália



Credito: Arquivo pessoal dos autores.

O sistema marroquino de subsídios – que os atores chamam de compensação – organiza os mercados para produtos que o governo designa como “estratégicos”, principalmente devido à sua importância para o poder de compra das famílias: gás butano, farinha, pão e açúcar. Nosso trabalho oferece uma sociologia histórica desse sistema, que persiste até hoje, apesar das críticas que recebeu desde o seu início e das repetidas promessas de desmantelá-lo. Esta “compensação” surgiu das políticas de preços adotadas pelo Império Colonial Francês no contexto inflacionário associado à Segunda Guerra Mundial (1941), e rege o consumo, a produção e a comercialização dos

produtos. É a encarnação do “*État grenier*” (o estado celeiro), que legitimou o seu poder aos olhos do povo, garantindo a subsistência e evitando a agitação social. Demonstramos que a resiliência e as transformações deste sistema marroquino de subsídios, que sobreviveu às críticas economicistas das instituições financeiras internacionais, podem ser analisadas considerando as relações de poder que o sustentam.

> Subsidiar produtos básicos

Os subsídios marroquinos aos produtos básicos envolvem uma variedade de mecanismos e abordam dife-

>>

rentes questões econômicas dependendo do produto: farinha, açúcar, óleo de mesa ou gás butano (e combustível, até à liberalização do setor em 2015). O termo “compensação” também é investido de vários significados sociopolíticos por diferentes atores; estes tendem a estar associadas à preocupação do Estado em manter o poder de compra das famílias, bem como à lógica rentista dos grandes grupos econômicos em busca de lucro. A intervenção do Estado através dos mercados permite regular rivalidades e alianças econômicas e políticas, notavelmente no que diz respeito ao Palácio Real. Os usos da palavra “compensação” também podem desviar-se do seu significado estritamente oficial. Os pagamentos governamentais destinados a manter um preço baixo e estável do pão, por exemplo, não são formalmente rotulados como custos de compensação, embora, no que diga respeito aos atores, eles sejam parte desta política. A política de compensação no Marrocos está baseada na história do exercício do poder, e a categoria genérica de “compensação” é êmica.

> Os artefatos burocráticos da compensação

No terreno político, existem artefatos burocráticos de compensação; notavelmente, as “estruturas de preços” enquadram as práticas dos atores e são uma forma de exercer o poder no Marrocos contemporâneo. Os procedimentos burocráticos e financeiros de compensação reforçam ou estabelecem hierarquias dentro dos setores: no setor dos cereais, por exemplo, os bônus concedidos aos agricultores garantem os lucros dos produtores de sementes. A forma como os subsídios são calculados também parece permitir a obtenção de lucros questionáveis, como no setor do butano, indicando que as autoridades públicas têm um certo grau de tolerância relativa à apropriação fraudulenta de recursos públicos. Finalmente, os mecanismos de administração de preços permitem aos operadores obter o reconhecimento das suas alianças com o Estado. Por exemplo, no mercado da farinha, a distinção entre os dois tipos de farinha subsidiados, para todo o país e para as províncias do Sahara, reflete-se no valor dos subsídios – os mais significativos estão atualmente reservados aos moinhos de Casablanca. Dado que a sua utilização está inserida nas lutas pelo poder e nas relações competitivas entre os operadores, o sistema de subsídios desempenha um papel mediador na renegociação das relações políticas.

> História dos preços subsidiados

A história dos preços subsidiados é também uma história de reformas, com mudança de legitimidade política. No início da década de 1980, as instituições de *Bretton Woods* consideraram que os subsídios eram demasiado dispendiosos e ineficazes para chegar às famílias pobres. Mas a reforma da compensação foi interrompida pela oposição expressa durante os chamados “motins do pão” de 1981 e 1984. No entanto, as ações

desenfreadas do governo continuaram a reduzir a amplitude do sistema até o final da década de 1990. Na primeira década deste século, o Rei Mohammed VI lançou iniciativas com o objetivo de substituir gradualmente os subsídios por transferências destinadas às áreas e domicílios mais pobres. Mas depois dos protestos da chamada “Primavera Árabe” de 2011, a ideia de que a supressão das compensações resultaria em turbulência política e social criou raízes, mesmo em instituições internacionais e agências de classificação. A ideia de um simples *status quo* em torno da compensação não é, no entanto, pertinente para a compreensão das transformações políticas que estão em curso.

No início deste século, a legitimidade da reforma aumentou. Numerosos estudos técnicos apontaram uma gestão opaca e desigual da compensação – com os 20% mais ricos da população a receber 75% dos prêmios. O debate sobre a reforma dos subsídios também estruturou a política partidária. Abdellilah Benkirane, do Partido Islamista da Justiça e Desenvolvimento (PJD), que foi Primeiro-Ministro de 2011 a 2017, fez da supressão das compensações a favor de transferências financeiras direcionadas um dos seus principais gritos de guerra para tomar o poder. Parece, portanto, mais apropriado entender a reforma das compensações como parte de um período que combina transformação e resiliência, em vez de um desmantelamento linear que marca a transição de uma época de intervencionismo estatal para uma época de mercados livres.

> Protestos contra aumentos de preços

Os protestos contra os aumentos de preços, muitas vezes analisados como reações mecânicas ao elevado custo de vida, são um desafio mais amplo à ordem política e marcaram a história marroquina. Entre 1981 e 1990, durante o período conhecido como “*les années de plomb*” (os “anos de chumbo”), as manifestações populares em grande escala que tiveram lugar em 50 cidades de todo o país, rotuladas como “motins do pão”, foram frequentemente apresentadas como explosões desorganizadas de violência provocadas pelo aumento do preço do pão. No entanto, estas revoltas, severamente reprimidas, foram organizadas por movimentos políticos e refletiram um questionamento profundo e generalizado da legitimidade do exercício do poder pelo regime de Hassan II. Responderam a anos de intensa violência política e severas restrições à liberdade de expressão e oposição. Os preços são um meio privilegiado de expressão de protesto. Na sequência das revoltas da chamada “Primavera Árabe”, em 2011, para o governo, a ação a favor do poder de compra foi também uma forma de mostrar a benevolência do Estado para com os seus cidadãos. A implementação de subsídios é uma contramedida frequente face à contestação. ■

Contato com Boris Samuel <boris.samuel@ird.fr>

> Segurança alimentar em tempos de guerra: o caso da Rússia

por **Caroline Dufy**, Sciences Po Bordeaux e Centro Émile Durkheim, França



Credito: Marcson / Pixabay.

A segurança alimentar tem sido uma pedra angular da campanha para erradicar a fome e a pobreza extrema, que é um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) identificados pelas principais organizações internacionais de desenvolvimento. Complexo e multifacetado, o conceito de segurança alimentar foi definido pela Cúpula Mundial da Alimentação das Nações Unidas (ONU) em 1996 como baseado em quatro pilares: a disponibilidade de alimentos, o acesso aos mesmos, a oportunidade de utilizá-los, e a estabilidade desses três pilares ao longo do tempo.

Apesar do crescimento da produção agrícola, este objetivo está sob ameaça em consequência das sucessivas crises ocorridas desde o início do século XXI. Quer sejam financeiras, relacionadas com a saúde ou geopolíticas, estas crises têm sido associadas a significativas variações aceleradas nos preços dos alimentos. Desde 2014, e especialmente em 2022, a invasão da Ucrânia pela Rússia reacendeu o risco de escassez de alimentos, e temos assistido a motins de fome no Sul Global, inflação no Norte Global e disrupções na produção e no abastecimento em zonas de guerra em torno do Mar Negro que representam celeiros globais. Contrariando a esse cenário, a seguran-

>>

ça alimentar global recuperou um lugar de destaque nos debates internacionais do ponto de vista dos muitos riscos associados aos mercados agrícolas, à produção e ao comércio. O ressurgimento da guerra na Europa desde 2014 levanta questões sobre a priorização desta promessa: Como são enquadrados os problemas da insegurança alimentar e por quais atores? Quais populações estão preocupadas? A guerra altera a forma como a questão da segurança alimentar é mobilizada?

> **Segurança alimentar na Rússia: uma construção retórica e uma estratégia legitimadora das elites dominantes**

O contexto que mobilizo para responder a estas questões é o da Rússia contemporânea desde o lançamento da invasão da Ucrânia em 2014, como um país que é líder exportador de cereais nos mercados mundiais. [A metodologia que adoto](#) emprega a análise do discurso, baseada num inquérito de campo preliminar realizado no mundo agrícola russo entre 2015 e 2018 e nos discursos públicos das autoridades centrais da Rússia desde 2022 (principalmente o Presidente e o Conselho de Segurança da Federação Russa).

As abordagens teóricas à questão pública do enquadramento mostraram como a mobilização dos atores rurais promoveu o surgimento de modelos alternativos. Na América do Sul, por exemplo, o movimento *Via Campesina* tem defendido a soberania alimentar para as comunidades camponesas. Assim, a forma como uma questão pública é enquadrada pode oferecer uma definição específica da situação e dos problemas relacionados: é o resultado do trabalho cognitivo, discursivo e político dos atores que buscam fazer prevalecer uma determinada construção dos problemas sobre outras.

Seguindo estas conclusões da sociologia pragmática, a minha investigação apreende a segurança alimentar na Rússia como uma construção retórica e como uma estratégia legitimadora das elites dominantes. Neste contexto, três características específicas podem ser destacadas. Em primeiro lugar, o discurso designa um “comum político” num sentido amplo, articulado quer através da noção de poder, quer através da noção de soberania. Além disso, este discurso depende de um contexto internacional que distingue um “nós” de um “eles” global. Ao historicizar as questões públicas, podemos dar conta da transição de uma concepção de segurança alimentar baseada na integração internacional na

primeira década deste século para a nacionalização das questões agroalimentares. Em última análise, este discurso tem efeitos estruturantes, entendidos através das políticas agrícolas e alimentares na Rússia desde 2014. Isto nos permite compreender como a promoção de políticas para substituir as importações agroalimentares dos países ocidentais tem fomentado a nacionalização das questões alimentares e a restauração do poder exportador da agricultura do país desde 2014.

> **Mudança de discursos e visões conflitantes sobre segurança alimentar**

Desde 2014, a retórica do poder global dos cereais baseada na integração dos mercados internacionais como parte da adesão da Rússia à Organização Mundial do Comércio deu lugar ao discurso político a favor da soberania nacional baseada na independência alimentar. O regime de sanções internacionais desempenhou um papel fundamental nesta evolução, reforçado pelo início de uma guerra em grande escala na Ucrânia em 2022.

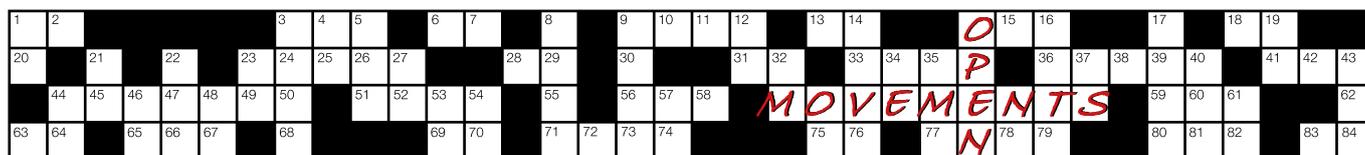
O acordo sobre cereais assinado em julho de 2022 entre a Rússia e a Ucrânia sob a égide da ONU e da Turquia criou uma exceção humanitária num contexto e numa zona de guerra de alta intensidade. A intenção subjacente era promover as exportações de cereais nos mercados mundiais e aliviar as pressões sobre os preços. A Rússia denunciou o acordo e recusou-se a estendê-lo para além da primavera de 2023.

Esta descontinuidade traz à tona o confronto entre duas visões de segurança alimentar: a liberal e a protecionista. A primeira centra-se no comércio internacional como fator de promoção da prosperidade geral, do crescimento e de um jogo de soma positiva. É apoiado por organizações internacionais como a ONU, a Organização para a Alimentação e Agricultura e o Programa Alimentar Mundial. Esta perspectiva liderou a modernização agrícola na Rússia na primeira década deste século. A segunda é autoritária e produtivista, apoiada em referências ao poder e a um jogo de soma zero. A circulação de mercadorias é organizada e controlada pelo Estado. Esta é a narrativa mais recente, produzida pelo poder executivo da Rússia contemporânea, que se consolida desde 2014. Dificilmente é desafiada por qualquer retórica alternativa, que, se existir, permanece marginal. ■

Contato com Caroline Dufy <c.dufy@sciencespobordeaux.fr>

> ‘openMovements’: uma plataforma para a sociologia pública e global

por **Breno Bringel**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, e Universidade Complutense de Madrid, Espanha, e **Geoffrey Pleyers**, FNRS e Universidade Católica de Louvain, Bélgica, e presidente da ISA (2023-27)



Credito: Raul Pau.

O colapso climático tornou-se uma realidade visível e, entretanto, durante as cúpulas globais, os governos apenas demonstram falta de capacidade e vontade para enfrentar esta questão urgente. A democracia está gravemente ameaçada em várias regiões do mundo. Os tecnocratas conduzem negociações comerciais importantes e os cidadãos têm pouco impacto nestas decisões. O autoritarismo ganhou ímpeto, assim como os movimentos nacionalistas e de extrema direita. O discurso de ódio e a intolerância estão crescendo, conduzindo a crimes racistas ou de ódio e aumentando a polarização política. Entramos num cenário mais complexo de crises interligadas, que se reforçam mutuamente (polícrises) e que desafiam o modelo civilizacional baseado no crescimento, progresso e desenvolvimento ilimitados. Além disso, as crises do nosso mundo não afetam todas as pessoas da mesma forma. O [Relatório sobre Desigualdade 2024 da Oxfam](#) aponta que, desde 2020, os cinco homens mais ricos do mundo duplicaram as suas fortunas. Durante o mesmo período, quase cinco bilhões de pessoas no mundo tornaram-se mais pobres. As desigualdades atingiram um máximo histórico.

Estes desafios lembram-nos que os movimentos sociais são atores cruciais nas nossas sociedades. Os movimentos reacionários, supremacistas, racistas e de extrema-direita estão ganhando força no Ocidente e no Oriente. Estão atraindo jovens de todas as regiões do mundo. Todos os países que testemunharam protestos democráticos massivos durante a Primavera Árabe de 2011 são agora governados por regimes autoritários.

Mesmo em algumas das democracias mais estabelecidas, os movimentos sociais são reprimidos, os jornalistas são mortos e os cidadãos são espionados pelos seus Estados.

Este quadro sombrio está, no entanto, incompleto. Ainda existem alternativas, mas muitas vezes tornam-se inviáveis, especialmente na ausência de protestos públicos. Em todo o mundo, têm surgido movimentos sociais perspicazes e novas formas de ativismo e práticas democráticas. Eles abrem horizontes de possibilidades e desafiam as nossas perspectivas clássicas sobre o que o ativismo, os movimentos sociais e a democracia significam hoje. Os cidadãos ocuparam as praças e a internet para se organizarem, difundirem as suas mensagens e promoverem uma sociedade aberta e livre onde o conhecimento e a informação são partilhados. Eles consideram a democracia não apenas uma questão de sondagens ou exigências dirigidas aos seus governos, mas também uma reivindicação de justiça social e dignidade, bem como um compromisso pessoal que pretendem implementar nas suas práticas ativistas e na vida quotidiana.

> Movimentos sociais: protestos, alternativas e conhecimento

A nossa nova seção do *Diálogo Global*, “openMovements”, pretende literalmente abrir um espaço para analisar os movimentos sociais e os seus desafios em diferentes países do mundo. Com base em pesquisas empíricas, os artigos discutirão os sucessos, as limitações e as reações negativas dos movimentos que muitos

>>

deles enfrentam. Aprenderemos sobre e com os movimentos sociais para compreender melhor a nossa sociedade e os desafios que enfrentamos nos âmbitos local, nacional e global.

Acreditamos que os movimentos sociais são atores significativos na produção e transformação da sociedade, tanto do lado progressista/democrático como reacionário. Os movimentos sociais influenciam políticas concretas e transformam a cultura. Produzem conhecimento e geram aprendizados coletivos em lutas concretas e experimentações sociais instaladas em todos os continentes. Eles moldam a forma como vemos o mundo e abrem cenários para futuros alternativos.

Embora os protestos possam ganhar alguma visibilidade na grande mídia, eles são apenas a ponta do iceberg dos movimentos sociais. Dimensões menos visíveis, mas não menos críticas, incluem a educação popular, a solidariedade concreta, a cidadania ativa, a transformação da vida cotidiana e as subjetividades. A “openMovements” receberá contribuições sobre protestos e alternativas concretas.

> Sociologia global

Um diálogo global enraizado na vontade de aprender com sociólogos e atores de diferentes continentes está no cerne da ISA. Como uma nova seção da *Diálogo Global*, a “openMovements” promove uma perspectiva global para a compreensão destas transformações sociais, propondo análises de sociólogos de todas as regiões, tanto no Sul Global como no Norte Global. Estamos convencidos de que aprender com os movimentos sociais, as crises e as experiências alternativas de diferentes continentes fornece *insights* para uma melhor compreensão da realidade, dos desafios para a democracia e dos possíveis caminhos para a emancipação e a mudança social no nosso país ou região.

Promovemos uma perspectiva global sobre as transformações do nosso mundo e, para fazê-lo, evitamos tanto o nacionalismo metodológico como o globalismo, promovendo um diálogo entre diferentes vozes, gerações, perspectivas e tradições de pensamento e ação. Uma perspectiva global não significa negligenciar as lutas locais ou nacionais, mas sim o contrário. Uma perspectiva global bem informada precisa ser alimentada por análises dos movimentos sociais e dos desafios aos níveis local, nacional e regional. Procuramos lançar luz sobre experiências alternativas enraizadas nas realidades e lutas locais que possam inspirar atores em diferentes continentes e mostrar vislumbres de futuros possíveis. Queremos fornecer aos nossos leitores as chaves para compreender uma onda de protestos ou uma crise num lugar ou país que não chega às manchetes, mas com a qual temos muito a aprender. Prestaremos também atenção à forma como os atores locais ou nacionais se

ligam transnacionalmente e podem ter um impacto global. Esperamos promover a difusão de teorias, práticas, símbolos e repertórios de protesto em todo o mundo.

Para compreender os atores e os desafios do nosso mundo, precisamos combinar escalas de ação e níveis de análise. Uma perspectiva global adequada requer trabalho de campo multilocalizado em diferentes regiões, totalmente integrado na realidade simultaneamente local, nacional, regional e internacional. Os movimentos sociais são moldados por contextos e atores em todas estas arenas distintas, mas também contribuem para determinar as realidades locais, nacionais e globais. Embora os movimentos localizados sejam geralmente reduzidos a conflitos paroquiais, movimentos como as revoltas zapatistas no México – que celebraram o seu 30º aniversário este ano – mostraram que também têm significados globais essenciais. Com “openMovements”, queremos compreender como as lutas e culturas de ativismo ressoam além das fronteiras nacionais e como as redes transnacionais afetam a política nacional e internacional.

> Sociologia pública

Os cientistas sociais têm uma contribuição específica a dar em um espaço público democrático. A *Diálogo Global* e a “openMovements” pretendem ser canais relevantes para este esforço. Rigor científico e trabalho de campo empírico de longo prazo são necessários para compreender as características, os riscos e os desafios das lutas, bem como dos conflitos que vão além dos eventos imediatos cobertos pelos principais jornais. Assim, é essencial abrir espaços onde estudiosos que realizaram pesquisas aprofundadas possam difundir seus resultados e perspectivas por meio de textos acessíveis a um público amplo além da academia.

Com a “openMovements”, estamos particularmente interessados em conectar a sociologia dos movimentos sociais com a sociologia geral, desenvolvendo abordagens que evitem as armadilhas da hiperespecialização dos sociólogos “profissionais” e das vanguardas intelectuais. Como propõe [Michael Burawoy](#) antigo presidente da ISA e fundador do Diálogo Global, a sociologia pública esforça-se por trazer a sociologia para o diálogo com públicos fora da academia, um diálogo aberto em que ambos os lados aprofundam a sua compreensão das questões públicas.

> Um novo desenvolvimento da openMovements

A “openMovements” nasceu como um projeto editorial em março de 2015. Fundada por nós, foi inicialmente publicada pela plataforma Líder de mídia independente *openDemocracy*. Visa “abrir os movimentos sociais” de três maneiras:

- Conectando a análise dos movimentos sociais com a



mudança social ampla, considerando o estudo dos movimentos sociais como um elemento crítico para uma melhor compreensão tanto dos atores sociais específicos como da sociedade como um todo.

- Promovendo uma perspectiva global, com particular ênfase nas experiências do Sul Global e na capacidade de gerar aprendizagem coletiva através de diferentes lutas no mundo.
- Abrindo um espaço para o diálogo entre acadêmicos e ativistas para contribuir com a sociologia pública.

De 2015 a 2021, a “openMovements” publicou cerca de 250 artigos de ativistas e acadêmicos de 30 países como uma seção da [openDemocracy](#). Graças ao seu formato conciso, análises bem informadas e uma plataforma dinâmica de publicação online, estes artigos alcançaram um amplo público de pesquisadores de diferentes continentes e um público mais vasto de dezenas de milhares de leitores entre cidadãos, jornalistas, ativistas e formuladores de políticas. Alguns destes artigos foram escritos como uma intervenção num debate público em curso, mas sempre com a intenção de ir além de uma mera opinião e procurar uma análise rigorosa. Também estávamos preocupados em incluir vozes geralmente silenciadas ou mal representadas no debate público e na academia.

Alguns desses artigos foram publicados como parte de uma série editada por editores convidados (sobre temas como Crises de Migração, Novo Repertório de Repressão, Reinventando a Esquerda ou Movimentos Sociais na Pandemia). Uma seleção de artigos foi republicada em cinco livros em inglês ou espanhol, todos em acesso aberto: [Protesto e indignação global](#) (2017); [México em movimentos](#) (2017); [Alerta global. Políticas, movimentos sociais e futuros em disputa em tempos de pandemia](#) (2020); [Movimentos sociais e políticas durante a COVID-19](#) (2022); [Chile em Movimentos](#) (2023).

Após esta fase inicial, a “openMovements” iniciará uma nova fase dentro da *Diálogo Global*, procurando construir pontes, de forma mais institucionalizada, entre a principal associação mundial de sociologia e públicos diversos. Nesta nova fase do projeto, dois novos desenvolvimentos foram adicionados ao espírito original. Em primeiro lugar, procuramos oferecer uma plataforma dinâmica onde os artigos serão publicados primeiro em inglês no site da *Diálogo Global*. Parte deles será integrada num dos três números anuais da revista e traduzida para mais de uma dezena de línguas. Em segundo lugar, em vez de trabalharmos com uma única plataforma de divulgação, procuraremos parcerias com meios de comunicação digitais em todo o mundo para transmitir o seu conteúdo a um público mais vasto.

Nós encorajamos você a contribuir para esta nova fase da “openMovements”. Embora nos concentremos em artigos únicos, também acolhemos séries editadas por editores convidados, reunindo contribuições de ativistas e cientistas sociais de diferentes continentes sobre um tema específico. Estamos particularmente abertos a textos curtos sobre acontecimentos recentes e temas quentes da política mundial que não sejam meras opiniões, mas o resultado de pesquisas sobre o assunto e do monitoramento no terreno dos processos sociais e políticos. Por outras palavras, precisamos de uma sociologia pública e global em movimento para compreender e enfrentar todos os desafios históricos que vivemos. Isto é o que a “openMovements” tem sido e pretende continuar a ser. ■

Contato sobre “openMovements” com a equipe da *Diálogo Global*
<globaldialogue@isa-sociology.org>

> Como pesquisar e entender as lutas populares?

por **Laurence Cox**, Universidade Maynooth, Irlanda, **Alberto Arribas Lozano**, Universidade Complutense de Madrid, Espanha, e **Sutapa Chattopadhyay**, Universidade St. Francis Xavier, Canadá



Mulheres e crianças Baiga em uma caminhada de protesto, Índia, 2003.
Credit: Simon Williams, Ekta Parishad / Wikimedia Commons.

O último quarto de milênio da história mundial é também um período de movimentos sociais: as lutas contra o império que produziram um mundo de Estados-nação pós-coloniais, as batalhas pela democracia agora sob severo ataque em muitos lugares, os movimentos de mulheres e LGBTQ+ que desafiaram fundamentalmente o patriarcado, o ativismo migrante e antirracista, as lutas com base nas deficiências e na saúde mental, os movimentos anti-guerra, as lutas de classe de vários tipos – incluindo a democratização do acesso à educação e, portanto, à pesquisa – e assim por diante.

Existem boas razões pelas quais a pesquisa sobre movimentos sociais floresce nesta situação. Mas como podemos realmente fazer bem essa pesquisa? Ao coeditar [o primeiro manual de método de pesquisa de movimentos em uma década](#) (juntamente com Anna Szolucha, atualmente em trabalho de campo), nos concentramos particularmente na pesquisa engajada, no Sul Global e no cuidado com novos pesquisadores.

> Pesquisa engajada e convencional

Os manuais de métodos são frequentemente ferramentas para centralizar a produção puramente acadêmica. No entanto, os movimentos sociais têm desempenhado um pa-

pel crucial no desenvolvimento de teorias e metodologias sociológicas fundamentais (marxistas, feministas, queer ou decoloniais, por exemplo). A pesquisa do movimento é, portanto, um campo peculiar, onde os profissionais cujas organizações muitas vezes têm atividades educativas, teóricas e de pesquisa próprias são regularmente excluídos da discussão, uma vez que os acadêmicos têm tentado afirmar a respeitabilidade (adequação para financiamento e segurança política) das suas disciplinas. Acompanhando esta situação, os manuais anteriores ou tiveram um tom puramente científico ou foram altamente teóricos, apresentando métodos radicais mas assumindo uma formação e contexto acadêmico prévios.

Tentamos uma abordagem diferente, convidando autores que trabalham em contextos estritamente acadêmicos a contribuir com capítulos ao lado de pesquisadores que trabalham em movimentos e aqueles com muita experiência e engajados em métodos de pesquisa colaborativos de vários tipos. Sentimos que o resultado é uma representação muito melhor da verdadeira riqueza e criatividade da pesquisa sobre o movimento e do compromisso de tantos pesquisadores com a justiça social.

Estamos particularmente felizes por ter uma seção dedicada às “aplicações” da pesquisa de movimento: O que os movimentos *fazem* com a pesquisa, de qualquer

>>

tipo? Com demasiada frequência, esta questão tem sido ignorada ou apresentada como um ideal altamente abstrato, em vez de explorar as experiências práticas dos movimentos e dos pesquisadores envolvidos ao longo do tempo – que são interessantes, desafiantes e um ponto de partida necessário para fazer melhor.

> Movimentos do Sul e Norte Global

Tal como acontece com tantas outras coisas, a escrita sobre como pesquisar movimentos tem sido dominada pelo Norte Global – embora haja muito mais movimentos, e muitas vezes muito maiores, no Sul Global. Até agora, literalmente todos os manuais (em inglês) nesta área têm sido centrados na América do Norte ou na Europa Ocidental nos termos de seus autores e tópicos, apesar da longa história de pesquisa de lutas populares no âmbito dos “movimentos sociais” na América Latina. Índia e África do Sul, entre outros.

Concordamos em editar um novo guia (o primeiro geral em uma década) com a condição de podermos fazê-lo a partir de uma perspectiva mais global – embora não afirmarmos tê-lo descolonizado com sucesso. Mesmo encontrar financiamento independente para tradução e trabalhar arduamente na edição de texto para falantes não nativos de inglês não supera os problemas criados pela intensificação da centralidade do inglês na academia global. Ao mesmo tempo, as contínuas desigualdades no financiamento da pesquisa significam que os países menores, cujos movimentos muitas vezes não são particularmente significativos (como a Inglaterra), ocupam uma grande fatia da publicação acadêmica global.

No entanto, estamos felizes por ter lançado o primeiro guia com autores e temas de todos os continentes (exceto a Antártica), destacando a pesquisa do movimento no Sul Global e as perspectivas indígenas ao lado de outras. Este é um primeiro passo para uma imagem mais honesta e útil das melhores práticas na pesquisa de movimento em todo o mundo.

> Apoiando novos pesquisadores

Por último, os sociólogos muitas vezes não pensam o suficiente sobre como as pessoas que já trabalham na área podem apoiar outras pessoas a começarem e como isso funciona. Em grande parte da Europa, por exemplo, as pessoas que pretendam fazer pesquisa de pós-graduação sobre movimentos nunca terão recebido ensino de licenciatura sobre os difíceis desafios da pesquisa de movimentos – e poderão ter de escrever propostas de pesquisa ou de financiamento sem acesso a bibliotecas universitárias, a menos que um atual bolsista os recrute para um projeto pré-planejado. Assim, muitas vezes há pouco espaço real para aprender sobre a enorme variedade de pesquisas sobre movimento e uma tendência a reproduzir

tudo o que os recém-chegados realmente encontraram. Os pesquisadores de movimentos, sem ligações a fortes tradições de pesquisas independentes, são ainda mais mal servidos.

Deste ponto de vista, estamos muito felizes que o editor esteja disposto a disponibilizar gratuitamente on-line nossa [introdução](#) substancial (12.000 palavras). Esperamos que isto ajude a democratizar o acesso a todo o espectro de possibilidades, bem como a abrir as portas a todas as formas habituais através das quais ativistas, pesquisadores fora das universidades e estudantes do Sul Global obtenham acesso a material normalmente protegido por acesso pago.

Num nível ainda mais básico, temos trabalhado arduamente com os autores para garantir que os capítulos sejam acessíveis aos novos na área – pessoas que estão fora da educação há décadas, aqueles sem uma educação de elite, pessoas que não são falantes nativos de inglês e pessoas cuja atenção é atraída em muitas direções pelas responsabilidades de cuidados, pela luta política ou pelas pressões do trabalho. Fazer uma boa pesquisa será sempre um esforço, mas escrever sobre métodos não deve significar exibir o capital cultural de forma excludente.

A experiência de elaborar este livro foi extraordinária e comovente, revelando alguns dos trabalhos incrivelmente criativos, ponderados e comprometidos que estão sendo realizados em tantos movimentos, geografias e espaços acadêmicos diferentes. Acadêmicos consagrados no Norte Global, figuras-chave no Sul Global, pesquisadores ativistas e pesquisadores iniciantes responderam ao projeto com grande energia e generosidade. Acreditamos que esta coleção mostra algumas das melhores das muitas maneiras pelas quais a pesquisa se envolve com os movimentos sociais e esperamos que inspire os recém-chegados, em particular, a participar desta conversa contínua, bem como entre acadêmicos. ■

Contato com Laurence Cox <laurence.cox@mu.ie> / Twitter: [@ceesa_ma](#)

> Práticas de vídeo maias e a descentralização do conhecimento

por **Carlos Y. Flores**, Universidade Autônoma do Estado de Morelos, México



Credito: Carlos Flores, 2006.

Desde a década de 1990, tenho trabalhado em projetos colaborativos de vídeo com organizações maias comunitárias na Guatemala. Quando alguns destes projetos foram iniciados, o país estava saindo de uma guerra civil de 36 anos que terminou em 1996 e deixou quase 200.000 mortos e mais de 45.000 desaparecidos, a maioria deles membros civis de comunidades indígenas. Após efeitos tão avassaladores do conflito armado, os movimentos sociais e organizações maias ressurgiram para exigir direitos e justiça de um Estado em grande parte não indígena. O vídeo tornou-se uma ferramenta educacional importante em algumas áreas, não só para reforçar a identidade étnica e as reivindicações políticas, mas também para contrariar as narrativas hegemônicas não-indígenas sobre as suas vidas, políticas e práticas culturais.

Meu papel como antropóloga visual formada no Ocidente foi ajudar a estruturar as narrativas de materiais visuais usando principalmente o trabalho de câmera das pessoas envolvidas nos projetos e discutir com elas o processo de edição crucial do qual surgiriam mensagens para diversos públicos. Primeiro entre as comunidades Maya-Q'eqchi' e mais tarde dentro das comunidades Maya-K'iche', produzimos vários documentários relacionados a práticas culturais, memória e justiça sobre os aldeões mortos durante a guerra e, finalmente, abordamos as lutas pela autonomia legal e o respeito por suas próprias formas de direito e resolução de disputas. O que percebi a partir destas experiências de vídeo com comunidades maias, no entanto, é que tais resultados colaborativos estão longe de ser simples e envolvem interações e entendimentos com

>>

plexos, especialmente porque os nossos diferentes contextos socioeconômicos e culturais moldam expectativas diversas em relação aos projetos.

> O legado moderno/colonial

Existem duas dimensões fundamentais que, em diferentes graus, afetaram não só o meu próprio trabalho colaborativo entre as organizações maias, mas também os esforços de muitos pesquisadores que trabalham com movimentos sociais, particularmente no chamado Sul Global. Trata-se da modernidade e do colonialismo: dois lados do mesmo processo de expansão ocidental, como observaram numerosos estudiosos. Por um lado, a tradição moderna, seguindo posições supostamente objetivas baseadas na verdade científica, tendeu a desenvolver critérios e discursos institucionais particulares para construir propostas hegemônicas de como interagir com a natureza e a vida social; estes nem sempre correspondem à forma como as pessoas no território constroem as suas realidades. O colonialismo, por outro lado, ao mesmo tempo engendrou uma relação de poder desigual entre sujeitos da área e pesquisadores, além de naturalizar a existência de um “Outro” cultural que não apenas é diferente, mas também vive em tempos e espaços separados. Esta separação tem frequentemente funcionado para impor códigos de dominação, subjugação e diferença cultural.

Seguindo esta lógica, as elites globais formadas nas tradições do pensamento liberal/iluminista ocidental estabeleceram-se historicamente como cidadãos normativos a partir dos quais os “Outros” culturais foram enunciados e definidos. Esta identidade atribuída de subalternidade (como a de raça ou gênero) foi naturalizada e tornou-se quase invisível por meio da imposição de uma “universalidade” supostamente capaz de construir realidades objetivas. É evidente que os sujeitos da área que interagem com investigadores em contextos de desigualdade social têm experimentado uma capacidade reduzida de afirmar as suas visões sobre as formas como as suas vidas e as das suas comunidades foram concebidas a partir dos centros de poder.

A construção colaborativa de materiais audiovisuais com videomakers maias ajudou-me a compreender como as relações de poder definem conceitualmente as formas como as coisas são compreendidas ou não em qualquer sociedade, o que por sua vez valida e prioriza certas formas de conhecimento em relação a outras. Por exemplo, os cineastas maias e as autoridades comunais entendem as práticas jurídicas Maya K'iche como parte de um sistema integral baseado em valores, princípios e visões de mundo maias, em contraste com as representações dominantes e frequentes dos meios de comunicação social da lei indígena como “justiça bruta”.

> Novas abordagens

Neste contexto de dominação epistêmica, perspectivas auto-reflexivas e revisionistas dentro das ciências sociais estão desenvolvendo uma perspectiva crítica e produtiva sobre os objetivos, metas e métodos da pesquisa visual. Agora é possível repensar novas formas de relacionamento e colaboração, o que está gerando práticas e projetos mais criativos em projetos de pesquisa visuais em geral. As divisões entre pesquisadores e “Outros” culturais também foram dissipadas: um número crescente de pesquisadores trabalha em projetos partilhados com as comunidades que estudam ou mantêm diferentes graus de pertença a essas comunidades. Suas práticas são influenciadas por sua identificação cultural, formação acadêmica e posicionamento político. Esta mudança implica a promessa, nem sempre cumprida, de interações menos hierárquicas e mais horizontais entre os participantes em tais projetos de pesquisa.

A pesquisa em ciências sociais tende a privilegiar o texto escrito, o que torna os resultados da investigação inacessíveis a comunidades com baixos níveis de alfabetização ou familiaridade com os tropos e enquadramentos dominantes da modernidade. A utilização de recursos audiovisuais para a pesquisa social adquire, portanto, particular importância para ajudar a reduzir a distância entre os participantes em projetos de pesquisa, uma vez que podem facilitar a construção colaborativa de resultados de pesquisa e proporcionar espaços de encontro para as perspectivas de pessoas que vêm de origens culturais e experiências distintas. Esses tipos de resultados de pesquisa podem circular mais amplamente entre públicos que podem ter uma relação diferente com mundos baseados na palavra escrita. Muitas experiências colaborativas de pesquisadores e comunidades locais que utilizam meios audiovisuais na África, na Ásia e na América Latina têm o potencial para apoiar melhor os movimentos sociais na defesa de seus interesses e reivindicações educacionais, políticas, econômicas, territoriais, jurídicas, ambientais e culturais.

Então, o que está em jogo é a possibilidade de estruturar e validar socialmente práticas por meio das quais epistemologias alternativas – neste caso, reivindicações maias – e vídeos colaborativos e intertextuais possam ser articulados. Tais formas de compreender a realidade não devem ser pensadas como radicalmente diferentes ou incomensuráveis com as normas hegemônicas. Em vez disso, o desafio reside em descentralizar a validação da produção de conhecimento e das práticas sociais e dos mundos da vida que existem às margens das culturas dominantes. ■

Contato com Carlos Y. Flores <carlosyflores@aol.com>

> Escalada assassina israelense-palestina em contexto

por **Lev Grinberg**, Universidade Ben-Gurion do Negev, Israel, e Dartmouth College, EUA



“A guerra não tem vencedores”. Crédito: Zo Haderech.

Após o massacre de civis israelitas, incluindo crianças e idosos, o estupro de mulheres, e a mutilação e queima de corpos pelo Hamas em 7 de outubro, a reação pública em Israel foi “Não me fale sobre o contexto da ocupação e cerco de Israel em Gaza, esqueça as teorias críticas ao colonialismo e o colonialismo dos colonos.”

Uma negligência paralela do contexto ocorreu em reação ao bombardeio e assassinato de milhares de civis palestinos, incluindo mulheres e crianças, pelos militares israelitas, destruindo bairros inteiros e deslocando 1,9 milhões de palestinos das suas casas. A descontextualização, neste caso, consistiu em ignorar o massacre de civis perpetrado pelo Hamas e pelos Jihadistas no Sul de Israel ou mesmo argumentar que tal não aconteceu, apesar dos vídeos produzidos pelas câmaras dos combatentes do Hamas mostrarem as atrocidades, com o objetivo de aterrorizar os israelenses no que eu chamaria de estilo *ISIS*.

A nossa posição moral deve ser clara: nenhum contexto pode justificar o assassinato intencional de civis, o que constitui um crime de guerra. Não há contradição, na minha opinião, entre uma atitude moral e uma atitude política. O conceito teórico de [espaços políticos dinâmicos](#), que desenvolvi para analisar o caso israelo-palestino, destina-se a analisar tanto as aberturas políticas como as opções violentas, ao mesmo tempo que assume uma posição moral e política clara contra a violência.

Para analisar a violência assassina, o contexto é importante. É importante tanto para compreender a dinâmica que conduziu ao atual ciclo de violência como para tentar conter novas escaladas. Aqui explicarei brevemente como as arenas políticas israelitas e palestinas foram dominadas por elites religiosas fanáticas, prontas para lançar uma guerra total até à vitória. Este é o objetivo declarado tanto da liderança do Hamas como do governo israelita, e é um desastre tanto para os povos como para a região. No final deste artigo, mencionarei um possível fim pacífico para a guerra atual.

>>

> O contexto teórico

Na sua pesquisa comparativa de dezessete casos de limpeza étnica assassina, [Michael Mann](#) mostra que estes ocorrem quando um grupo étnico se sente ameaçado e envolvem três elementos políticos: 1) uma elite política radical, 2) grupos paramilitares organizados, e 3) apoio social significativo. Em que condições dois lados se envolvem numa guerra total um contra o outro? Em primeiro lugar, precisam acreditar que podem vencer e, em segundo lugar, esperam o apoio de forças internacionais externas.

O colonialismo dos colonos é especialmente assassino, como se vê nos EUA e na Austrália. Contudo, o conflito israel-palestino é muito mais complexo e é erradamente interpretado como um simples caso de colonialismo de colonos. O caso israelita inclui ambos os tipos de colonialismo, o colonialismo de colonização e o colonialismo “clássico”, que inclui a dominação militar e econômica. Tornou-se também um conflito nacional quando os judeus que fugiam do anti-semitismo na Europa Oriental tentaram construir um Estado-nação na sua antiga pátria, e a população local palestina [resistiu ao seu deslocamento](#) e subjugação. Nos últimos anos, ambos os movimentos nacionais foram dominados por fanáticos religiosos.

Ao fundir estas ferramentas analíticas, podemos compreender tanto o contexto da atual explosão vulcânica como os desenvolvimentos perigosos desde 7 de outubro. O objetivo de conter a violência e a procura de soluções políticas não podem ter sucesso enquanto se ignoram as complexidades locais deste caso específico.

> O contexto internacional

O contexto internacional é crucial para a compreensão das estratégias de ambos os lados. É evidente que, desde que Israel redistribuiu as forças militares ao redor de Gaza, há dezoito anos, [os EUA, a União Europeia, e os regimes árabes conservadores](#) têm tolerado os bombardeios aéreos periódicos israelitas em reação aos ataques do Hamas como atos legítimos de autodefesa, ignorando o contexto de cerco e estrangulamento econômico.

Os acordos de paz abraâmicos iniciados por Donald Trump entre os estados árabes e Israel, ignorando a subjugação e opressão palestina, são o contexto relevante para compreender a radicalização dos fanáticos religiosos israelenses e do Hamas: A) Ignorar a questão palestina encorajou as tendências mais extremistas e expansionistas no sistema político israelita, sob a [ilusão](#) de que pode continuar o cerco de Gaza para sempre e continuar a expansão dos assentamentos que deslocam

os palestinos na Cisjordânia. B) Em reação aos acordos abraâmicos, o Hamas confiou no apoio iraniano e tentou unir os palestinos e conduzi-los à resistência armada nacional.

Ambos os processos culminaram no massacre de 7 de outubro perpetrado pelo Hamas e na violenta resposta israelita. É agora claro que ninguém pode ignorar a questão palestina e a situação desesperadora em Gaza. Dada a ausência de uma liderança política legítima capaz de produzir soluções pacíficas em ambos os lados, o aspecto global do conflito poderá levar a uma intervenção internacional mais positiva e equilibrada.

> O contexto local

O sistema israelita de controle dos palestinos foi reestruturado após a retirada unilateral de Gaza em 2005, estabelecendo o que foi interpretado como “tensão estável” com confrontos violentos esporádicos (chamados “rondas”) tolerados pela comunidade internacional. Os palestinos foram divididos em quatro comunidades políticas sob diferentes regimes de dominação: cidadãos israelenses, residentes de Jerusalém e os dois maiores grupos sob dominação militar divididos entre o Hamas, que governa a Gaza sitiada, e a Autoridade Palestina (AP) Fatah, que governa as cidades da Cisjordânia.

Ambas as elites políticas palestinas têm deveres administrativos para com a sua população civil e dependem de Israel para a subsistência econômica e dos militares para o seu movimento. Existem duas diferenças principais entre eles. Por um lado, a AP permaneceu empenhada nos Acordos de Paz, cooperou com as forças de segurança israelitas e continuou os esforços diplomáticos para retomar as negociações pacíficas, perdendo constantemente legitimidade. Por outro lado, o [Hamas combinou](#) esforços políticos com resistência armada, melhorando as suas capacidades militares de assalto a assalto e ganhando popularidade. Os cidadãos palestinos foram neutralizados tanto na Cisjordânia como em Gaza, dominados por elites autoritárias apoiadas direta ou indiretamente pelo regime israelita.

Os cidadãos israelitas também ficaram encurralados pelas elites políticas conservadoras, que desprezavam o sistema de controle de dividir para governar, sem necessidade de visões pacíficas do futuro. Netanyahu priorizou o Hamas porque conseguiu ganhar popularidade em cada confronto violento. Apenas uma força política israelita tem uma visão do futuro: os fanáticos messiânicos que procuram expandir o seu domínio e desmantelar tanto a Autoridade Palestiniana na Cisjordânia como o governo do Hamas em Gaza.

Na ausência de visões políticas alternativas, as principais diferenças surgiram [entre as forças militares que governam a Cisjordânia](#): por um lado, as elites de segurança israelitas que procuram manter a cooperação com a AP no controle da população civil e, por outro lado, colonos messiânicos fanáticos armados que procuram constantemente deslocar os palestinos e sabotam a cooperação entre as Forças de Defesa de Israel e a AP.

O sistema político israelita ficou paralisado durante cinco eleições consecutivas entre 2019 e 2022, num impasse entre o bloco de Netanyahu com os fanáticos extremistas e o bloco anti-Bibi [Netanyahu], que usou a hostilidade tribal contra ele na ausência de uma visão política alternativa.

A formação de uma coligação extremista em dezembro de 2022, a legislação antidemocrática e a atribuição de funções ministeriais aos líderes mais extremistas dos colonos fanáticos, Smotrich e Ben Gvir, provocaram mobilizações civis sem precedentes contra o governo. Os manifestantes identificaram-se com as elites militares contra os colonos fanáticos e unidades reservistas inteiras organizaram-se e declararam que se recusariam a servir nas forças armadas sob o governo extremista.

Quase todos os responsáveis de segurança, incluindo o Chefe do Estado-Maior Halevi e o Ministro da Segurança Galant, alertaram Netanyahu que as tensões internas encorajariam o Hamas a atacar, mas ele ignorou os avisos. Todos os dias, desde 8 de outubro, Netanyahu tem sido lembrado da sua negligência, ao que responde que as “questões políticas” devem ser adiadas até o fim da guerra. Evidentemente, ele não tem interesse político em acabar com a guerra, o que levará a uma comissão de inquérito sobre a sua negligência, e os seus parceiros políticos não têm interesse em acabar com a guerra, dado que o seu objetivo é deslocar os palestinos e expandir o assentamento israelita nas áreas evacuadas.

> Como podemos parar a guerra e construir uma visão pacífica alternativa?

A questão é: como podemos parar a guerra quando os extremistas governam em ambos os lados e procuram a derrota total do inimigo enquanto os moderados de ambos os lados não têm liderança, nem legitimidade, nem visões pacíficas alternativas?

Este é o momento preciso para uma mudança paradigmática na atitude internacional em relação a Israel/Palestina: primeiro, impor um cessar-fogo e a troca de reféns e prisioneiros; segundo, alcançar um acordo de não-beligerância (*Hudna*) e começar a reconstruir Gaza; e terceiro, começar a construir confiança na diplomacia e na política, tendo em consideração ambas as expectativas nacionais: a necessidade de independência palestina e a necessidade de apaziguar a insegurança existencial de Israel.

Na minha opinião, o modelo de intervenção deveria ser o acordo de paz da Irlanda do Norte, mediado pelos governos britânico e irlandês. No nosso caso, os intermediários deveriam ser os EUA, o Egito e a Arábia Saudita, utilizando modelos de [partilha de poder](#) para além da fórmula de dois Estados. ■

Este artigo é baseado em uma apresentação feita em 29 de novembro de 2023, como parte de uma série de painéis organizados pela Virginia Tech sobre o conflito Israel-Palestina, e foi revisado pela última vez pelo autor em 17 de janeiro de 2024.

Contato com Lev Grinberg <grinlev@gmail.com>

> O estranho retorno do Estado intervencionista

por **Paolo Gerbaudo**, Universidade Complutense de Madrid, Espanha



Credito: Pixabay.

Uma das tendências políticas globais mais surpreendentes do final da década de 2010 e início da década de 2020 foi o regresso do intervencionismo estatal na economia. Depois de muitas décadas em que a ideia de que o Estado deveria intervir o menos possível na economia constituiu um artigo de fé bipartidário, estamos testemunhando uma nova aceitação da necessidade do poder estatal – para o bem ou para o mal.

Os exemplos desta tendência são múltiplos e, em alguns casos, são também muito evidentes; no entanto, surpreendentemente, as suas implicações não foram totalmente explicadas. Embora durante a era de ouro do neoliberalismo houvesse um forte consenso sobre a necessidade de estabelecer um mercado livre global, desde a crise financeira de 2008, muitos países criaram novas tarifas e barreiras regulamentares. Embora durante muito tempo tenha sido defendido que o Estado deveria evitar interferir na economia, agora os governos estão abertamente envolvidos na política industrial, especificamente na ideia de que o governo deve decidir a prioridade econômica do país, promover a excelência tecnológica e garantir que o capital seja canalizado em

direção a setores estratégicos. Por último, embora durante décadas os políticos tenham diminuído progressivamente o investimento público, levando à degradação de muitas infra-estruturas, agora existe um novo amplo consenso sobre a necessidade de reforçar o investimento público, como se vê nos planos de investimento do *Next Generation EU* [Nova Geração UE] ou nos programas econômicos da *Bidenomics* que visam acelerar a transição ecológica e digital.

O que devemos fazer com o regresso do intervencionismo estatal, que foi descrito como equivalente a um “Novo Consenso de Washington” (em contraste com o “Consenso de Washington” neoliberal)? Deverão estes discursos políticos e mudanças políticas serem considerados apenas como uma mudança tática, talvez temporária, dentro do consenso neoliberal? Ou serão apenas vislumbres de uma mudança política mais estrutural e de longo prazo? Até o momento, estas mudanças têm sido vistas principalmente, especialmente pela esquerda e entre os economistas políticos críticos, como uma correção de rota limitada que se mantém fundamentalmente com o espírito geral da economia neoliberal.

>>

Em contraste, afirmo que estas tendências constituem as manifestações de uma profunda transformação do capitalismo contemporâneo e das democracias capitalistas. As mudanças sinalizam que o acordo bipartidário sobre a intervenção governamental que dominou a era dourada da globalização foi – pelo menos parcialmente – deslocado e que, neste momento turbulento, é amplamente aceite que é necessária uma intervenção estatal mais robusta. Contudo – e isto é crucial – isto não significa que esta mudança e o regresso do Estado sejam inerentemente uma transformação positiva ou algo parecido com uma mudança em direção ao socialismo. Na verdade, como veremos, na maioria dos casos, novas políticas intervencionistas foram empreendidas no interesse dos ricos e das grandes empresas.

Esta mudança de paradigma convida aos sociólogos alguns pressupostos que se tornaram dominantes nos debates políticos nas últimas décadas. Deveríamos reexaminar a noção amplamente aceita de que vivemos numa sociedade dominada pelo “mercado livre”, na qual a concorrência desenfreada e os mecanismos impessoais do mercado dominam todos os cantos das nossas vidas. Tal como os acontecimentos recentes demonstraram, o mercado é tudo menos “livre”, uma vez que é dominado por oligopólios de poder que se beneficiam frequentemente do apoio dos formuladores políticos. Além disso, a própria implementação de mecanismos de mercado tem sido, em muitos aspectos, uma forma específica de “política estatal”, destinada a alcançar determinados objetivos políticos por meios económicos. Agora que tal intervenção estatal se tornou mais evidente, também o carácter político destes mecanismos tornou-se mais evidente e a fantasia de um “mercado livre” torna-se mais difícil de manter. A virada epistémica trazida pelo regresso do intervencionismo, nomeadamente a forma como este torna mais evidente o carácter político das decisões económicas, poderá ter consequências importantes para a mobilização política, ao diminuir a capacidade dos detentores do poder ao afirmarem que estão apenas a gerir consequências locais das pressões do mercado.

> Além da ilusão do “mercado livre”

A [era neoliberal](#), que se enraizou na década de 1980, apresentou-se ostensivamente como a era do “governo pequeno” e dos “mercados livres”: uma era em que grande parte do curso da sociedade seria decidido seguindo princípios de mercado, como a concorrência económica e o mecanismo de preços. Esta descrição sociológica capturou o ponto mais distintivo de consenso na ideologia política, que girava em torno da glorificação do mercado e da vilanização do Estado. Entre a década de 1980 e o início da década de 2000, cristalizou-se um amplo consenso sobre esta questão, abrangendo desde os “pioneiros” entre os neoconservadores, como Margaret Thatcher e Ronald Reagan, até os imitadores entre os líderes da Terceira Via, como Bill Clinton, Tony Blair e Gerhard Schröder.

Argumentar que tanto os políticos de centro-esquerda como de centro-direita eram neoliberais, como fizeram muitos críticos na época, capturou um cerne fundamental de verdade. Grandes faixas do espectro político, tanto da centro-esquerda como da centro-direita, aderiram à noção de que nos “novos tempos” do “fim da história”, ou no tempo do “pós” (pós-modernidade, pós-ideologia, pós-classe, para citar algumas das expressões mais em voga), a política, o Estado como principal instrumento daquilo que já não existia, teve de recuar. Ao mesmo tempo, era necessário dar rédea solta à iniciativa “espontânea” atribuída à “sociedade” (ou melhor ainda, à “sociedade civil” para esclarecer que se tratava de uma sociedade para além do Estado) e ao mercado. A intervenção discricionária do Estado nos assuntos económicos herdada da era fordista – o seu aparelho de planeamento, a propriedade estatal e a segurança social abrangente – foi vista como um impedimento ao desenvolvimento da iniciativa privada.

As coisas tornaram-se muito mais complicadas quando o observador passou dos pináculos da torre ideológica para o nível mais mundano de detalhe político e processos económicos. A implementação mais importante deste projeto consistiu na explosão da globalização económica. O comércio e o investimento globais registaram um crescimento significativo num contexto de redução das barreiras comerciais e do desaparecimento dos controlos de capitais, ambas manifestações de um Estado “não intervencionista” ou “*laissez-faire*”. Mas a globalização dificilmente foi “espontânea”. Em todos os países, o seu desenvolvimento foi possível graças à elaboração ativa de leis por políticos, à privatização de empresas, à criação de zonas de comércio livre e à “consolidação” das finanças públicas para tornar as suas economias “aptas para a globalização”.

À medida que a globalização enfrentava uma série de crises sucessivas (nas finanças, no clima e, agora, na geopolítica), rapidamente se tornou evidente que os neoliberais não se ressentiam do Estado como um todo, mas sim opunham-se seletivamente ao que Poulantzas descreveu como os aparelhos sociais e económicos do Estado, aqueles que cresceram durante a era social-democrata e foram responsáveis por muitas melhorias concretas nas condições de vida da maioria dos cidadãos. Na verdade, o aparelho repressivo do Estado (o exército, a polícia, as prisões, etc.) cresceu acentuadamente durante a era neoliberal. Além dos episódios mais infames da época, como a ditadura de Pinochet no Chile, combinando a economia neoliberal e o assassinato de opositores políticos, testemunhamos a ascensão de um “Estado penal” documentado pelo [sociólogo Loïc Wacquant](#) e o aumento das taxas de encarceramento em países como os Estados Unidos. Um estado menos “social” significava um estado mais repressivo.

No que diz respeito à política económica, foi atribuído permanentemente ao Estado um papel auxiliar. A intervenção estatal foi estritamente limitada a fins “regulatórios”,

>>

com uma forte suspeita de qualquer política econômica proativa que fosse vista como envolvida na perigosa tarefa de “escolher vencedores” e “excluir investidores”. No entanto, como há muito argumentam os teóricos da regulação, mesmo a chamada “desregulamentação” é uma forma de regulação, mas que, além dos seus notáveis efeitos econômicos (mercantilização, criação de oligopólios, etc.), também tem importantes efeitos ideológicos: fazer as pessoas acreditarem que a economia não é um domínio da política, mas uma esfera agora deixada ao desenvolvimento das forças puras do mercado. Se na história sempre existiram “mercados” – como argumentou a História Econômica da Escola dos Annales – dificilmente existiu algo como o “mercado livre”. O mercado está permanentemente incrustado na sociedade, [como afirmou Polanyi](#). O regresso da mão visível do Estado em tempos de intervencionismo estatal explícito fornece provas abundantes para dissipar este mito pernicioso.

> O novo Estado de planejamento e as suas implicações políticas

As crises recentes projetam um regresso daquilo que o neoliberalismo reprimiu: o Estado intervencionista. As crises vividas desde a crise financeira de 2008 fizeram com que os governos adotassem um papel muito mais pró-ativo do que estávamos habituados. Um exemplo revelador de grandes planos de investimento observados nos EUA e no Reino Unido é a quantidade significativa de recursos financeiros que lhes são atribuídos e como adotam, em seu próprio nome, o quadro de “planos”. Para onde quer que olhemos, crescem rapidamente os planos para a transição climática, a energia solar, a digitalização, a investigação em semicondutores, etc.

Estes planos, por sua vez, muitas vezes giram em torno de várias “missões”, usando uma fraseologia popularizada pela economista italiana [Mariana Mazzucato, a teórica do “Estado empreendedor”](#). Isto parece militar contra as suspeitas recebidas em relação a planos e planejamento de todos os tipos, vistos como resíduos do fracasso de uma “economia de comando” e do modelo econômico soviético. Particularmente significativos são os grandes investimentos em tecnologia de microchips no Ocidente. Tanto os EUA como a União Europeia lançaram esforços para produzir microchips localmente, cuja fabricação até então se concentrava no Sudeste Asiático. Estas escolhas não fazem sentido do ponto de vista puramente econômico ou de mercado: os microchips são produzidos em Taiwan porque é muito mais barato produzi-los lá. Mas respondem a outras considerações que, embora sejam “antieconômicas” no curto prazo, não podem ser ignoradas, tais como considerações de supremacia tecnológica, segurança nacional, etc.

Este retorno ao investimento público e aos projetos de planejamento é significativo quando visto a partir de algumas panaceias neoliberais conhecidas. Como

observou Michał Kalecki, os capitalistas ressentem-se do investimento público porque pensam que todas as decisões de investimento deveriam ser monopólio seu. O planejamento e o “Estado planejador” foram um alvo tradicional de ataques de neoliberais como Hayek e von Mises, que viam o planejamento de qualquer maneira ou forma como uma manifestação de uma grande forma de arrogância, marcada pela pretensão dos políticos de decidirem sobre as coisas que apenas o mercado deveria ter o direito de escolher. O planejamento não foi abolido, mas [transferido, em grande parte, do Estado a empresas multinacionais, como o Walmart](#). Contudo, isto não significa que este regresso da “mão visível” do Estado seja necessariamente um movimento positivo.

Por exemplo, o *Bidenomics* pode muito bem ter reafirmado a importância estratégica do investimento público, mas contrata obras públicas, deixando estes projetos para serem executados por empresas privadas. Além disso, nos EUA, como na maioria dos outros países, não se fala do Estado reivindicar o controle dos “altos comandos” da economia, como foi o caso do Estado intervencionista do pós-guerra. A batalha pela recuperação da propriedade pública sobre empresas estratégicas ainda está à nossa frente (embora em países como França e Espanha tenha havido um movimento parcial neste sentido). Além disso, este regresso do Estado intervencionista é fortemente contestado, como se vê na ascensão do político libertário Javier Milei na Argentina a uma plataforma centrada precisamente na denúncia da intervenção estatal na economia. No entanto, repetidamente, políticos como Milei recuam nas suas promessas insustentáveis de “demolir o Estado”, revelando assim o quanto o suposto “mercado livre” está longe de ser espontâneo, mas depende sempre da intervenção estatal secreta. Tal como foi o caso dos neoliberais de antigamente, libertários como Milei não querem realmente “demolir o Estado”, mas sim deslegitimar o seu uso democrático.

Se há uma fresta de esperança na atual conjuntura “neo-estatista”, é o fato de agora “o rei estar nu”. O envolvimento do Estado na economia já não está envolto em ilusões de “mercado livre”, como estava no passado recente, e o papel decisivo do Estado na estruturação da economia e na perpetuação ou mitigação das suas desigualdades está à vista de todos. Esta virada epistêmica pode oferecer às forças progressistas novos pontos de pressão e alvos de mobilização, ao mesmo tempo que torna os cidadãos mais conscientes de que a economia não é um fenômeno natural ou espontâneo, mas está profundamente interligada a decisões políticas. À medida que a fantasia de uma sociedade de mercado se desvanece, estão postas as condições para repensar como se apresentará a política democrática nas atuais circunstâncias. ■

Contato com Paolo Gerbaudo <paolo.gerbaudo@ucm.es>
Twitter: [@paologerbaudo](#)

> O autoritarismo da meritocracia

por **Fabrizio Maciel**, Universidade Federal Fluminense, Brasil



Credito: Freepik.

A meritocracia sempre foi louvada, no mundo moderno, como sendo o sistema moral superior e mais eficaz no enfrentamento das desigualdades. Para seus defensores, sua grande virtude residiria exatamente no fato de abrir oportunidades reais de ascensão social para todos, rompendo assim com as barreiras profundas da injustiça social imposta pela desigualdade de origem. Com isso, bastaria apenas o esforço individual, somado às oportunidades que a sociedade meritocrática oferece, para que se possa construir um cenário mais igualitário e inclusivo.

Nada poderia ser mais falso e enganoso do que isso. Em pesquisa teórica e empírica que venho realizando nos últimos anos no Brasil, com executivos de diversos níveis e setores atuantes em empresas sediadas no estado do Rio de Janeiro, constatamos exatamente o contrário. Além de frágil e enganosa em suas promessas mais fundamentais de ascensão social, a meritocracia também é profundamente autoritária. Mais do que isso, seu autoritarismo implícito é ainda mais invisível e eficaz do que os autoritarismos explícitos dos governos nacionais de extrema direita da atualidade.

> Origem social, estilo de vida e posicionamentos políticos

Antes de chegarmos a esta grave conclusão, estruturamos e desenvolvemos a pesquisa em três níveis

básicos, que nos permitiram testar nossas hipóteses iniciais. O primeiro nível trata da origem social, que é basicamente sinônimo de origem de classe. Em uma amostra de mais ou menos 100 executivos (incluindo aqui um questionário aplicado online e um levantamento feito na rede social LinkedIn) constatamos de imediato que a grande maioria, mais de 90%, é nascida na alta classe média brasileira. Com isso, identificamos uma conexão automática entre uma origem de classe privilegiada e a ocupação de cargos altamente valorizados na hierarquia moral do trabalho. Este dado por si só já desmonta o fetiche da meritocracia e mostra que, ao invés de democrática, ela é arbitrária em sua dinâmica implícita de reprodução da condição de privilégio das classes médias e altas. Não foi outra coisa o que Wright Mills encontrou em seu [brilhante estudo sobre as elites](#) nos Estados Unidos dos anos de 1950, por exemplo¹.

O segundo nível da pesquisa tratou do estilo de vida dos executivos brasileiros. Neste aspecto, fizemos um levantamento de seus hábitos de leitura e constatamos que as revistas *Você S.A.*, *Forbes Brasil* e *Exame* se encontram entre as preferidas deste público alvo. Ao assinarmos e analisarmos estas revistas durante três anos, constatamos tratar-se de um material que constrói e defende sistematicamente o que definimos como uma “mentalidade do mercado”, profundamente meritocrática, conservadora e autoritária. Em sentido profundo, a defesa do indivíduo atomizado e da liberdade individual acima de tudo acaba

>>

estimulando o desenvolvimento de personalidades autoritárias. Isto porque a autoconfiança celebrada dos vencedores do mercado, o que se cristaliza em histórias de vida de executivos e empresários celebridades, acaba por esconder a origem social e as trajetórias de privilégios de indivíduos que possuem tudo, menos o mérito de terem conquistado sozinhos as posições de prestígio e poder que ocupam. Nada é mais autoritário do que isso. Trata-se de um sutil e eficaz autoritarismo de mercado.

Por fim, o terceiro eixo de nossa pesquisa versou sobre as posições políticas de nossos entrevistados. Nesta dimensão, fica explícito o que os vencedores do mercado realmente pensam, refletindo naturalmente quem eles realmente são. Quando inquiridos sobre questões centrais da sociedade brasileira e do mundo atual, como, por exemplo, as reformas trabalhistas e da previdência, quais as causas da desigualdade e qual o papel das empresas na sociedade, dentre outras, a grande maioria das respostas apresenta um discurso decorado e bastante afinado do mundo corporativo. Em suma, este discurso blinda o mercado como o reino de todas as virtudes e coloca o Estado na condição de vilão, culpado e responsável por todos os problemas sociais. Resta assim como possibilidade de ação para a sociedade, vítima indefesa do Estado, recorrer ao deus mercado para o afago de suas necessidades vitais.

> **Mentalidade autoritária**

A relação deste “espírito conservador”, como diria Wright Mills, com o atual cenário de retorno e fortalecimento da extrema direita em escala global é evidente. Esta mentalidade autoritária, que também é racista, conforme identificamos em vários aspectos de nossa pesquisa, articulada com um “habitus corporativo” predominante entre altos executivos e empresários, foi fundamental, por exemplo, para a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, no Brasil. Sua eleição e o apoio ao Bolsonarismo como um todo contou não apenas com uma forte militância por boa parte do empresariado brasileiro, bem como com farto apoio financeiro. O famoso Luciano Hang, presidente da Havan, conhecido cabo eleitoral de Bolsonaro, cuja marca simbólica é um terno verde com uma gravata amarela com os quais ele apareceu muitas vezes ao lado de Bolsonaro, é uma caricatura perfeita do que se tornou boa parte da classe empresarial brasileira nos últimos anos.

Não por acaso, em 2018, quando aplicamos boa parte dos questionários da pesquisa, a figura pública mais admirada pelos executivos era o juiz Sérgio Moro, o então herói da operação Lava Jato e responsável pela prisão de Luiz Inácio Lula da Silva, sem a qual Bolsonaro não teria sido eleito. Também não foi por acaso que Moro veio a se tornar ministro da justiça do governo Bolsonaro e uma das figuras simbólicas mais importantes da extrema direita brasileira. Este fato se deve em grande medida ao imaginário punitivista predominante na sociedade brasileira, que se intensifica em contextos de convulsão social, normalmente marcados pelo aumento da desigualdade.

Além disso, figuras de destaque no cenário empresarial brasileiro e latino-americano, como Marcelo Odebrecht, sempre foram veneradas como grandes líderes e homens íntegros, verdadeiros exemplos de profissional e pessoa a se seguir. A prisão de Marcelo, então presidente do império familiar Odebrecht, após uma forte acusação de ser líder de um dos maiores esquemas recentes de corrupção da América Latina, causou espanto e consternação entre funcionários da empresa, destruindo assim a imagem do homem de bem e de família. Este é apenas um grande caso dentre muitos outros.

Figuras como Jorge Paulo Lehmann, identificado várias vezes pelo ranking da Forbes Brasil como o homem mais rico do Brasil, sempre foram louvadas em nosso imaginário como biografias de sucesso e honestidade a serem imitadas. O recente escândalo envolvendo o rombo nas Lojas Americanas, tendo Lehmann e seus dois sócios, Marcel Teles e Beto Sicupira como protagonistas e supostos mentores de um dos maiores esquemas de fraude do capitalismo atual, também coloca em xeque tais imagens de sucesso. [Em nossa pesquisa](#), dedicamos uma parte do trabalho à investigação de biografias críticas de algumas celebridades empresariais brasileiras. Além destes aqui citados, também analisamos as trajetórias de Eike Batista e Abílio Diniz, outros dois empresários celebridades no cenário brasileiro². Como constatação comum, identificamos que, por trás de suas celebradas biografias de sucesso, retratadas em inúmeras capas de revistas defensoras do mercado, se encontram trajetórias de origens de classe altamente privilegiadas, que vão explicar em grande medida seu “sucesso”.

> **Trajетórias de privilégio e a ficção meritocrática**

Com isso, podemos dizer que os executivos brasileiros, o que reflete em grande medida uma realidade global, representam o mundo através de uma verdadeira “ficção meritocrática” que obviamente nega as reais razões de nossa desigualdade. No geral, diferente do discurso defendido pelo “novo capitalismo”, de que este seria inclusivo, tolerante e sustentável, o que encontramos na prática é um capitalismo predatório ambientalmente, não inclusivo e intolerante. Alguns programas de inclusão de fachada para pessoas negras, por exemplo, que encontramos na pesquisa, além de crimes ambientais, como aqueles praticados em Mariana e Brumadinho, atestam claramente esta afirmação. Neste sentido, alguns de nossos altos executivos teriam muitas contas a prestar diante da sociedade brasileira. ■

Contato com Fabrício Maciel <macielfabricio@gmail.com>

1. Mills, C. Wright (2000). *The power elite*. New edition. Oxford: Oxford University Press.

2. Os resultados gerais da pesquisa foram publicados no e-book coletivo intitulado *A ficção meritocrática: executivos brasileiros e o novo capitalismo*. A pesquisa contou com apoio financeiro do CNPq e da FAPERJ. O livro pode ser acessado gratuitamente aqui: [A-FICCAO-MERITOCRATICA-executivos-brasileiros-e-o-novo-capitalismo.pdf \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/351111111)

> Colonialismo forense

por **Mark Munsterhjelm**, Universidade de Windsor, Canadá

Acadêmicos críticos como Troy Duster, Duana Fullwiley e Amade M'charek demonstraram que os conceitos raciais permearam a pesquisa, o desenvolvimento e a implementação da genética forense. Somando-se a esses debates, meu novo livro *Forensic Colonialism: Genetics and the Capture of Indigenous Peoples* [Colonialismo forense: genética e captura de povos indígenas] (McGill-Queens 2023) mostra como cientistas influentes, primeiro nos EUA, depois na União Europeia e na China, usaram de diversas maneiras os povos indígenas como recursos e alvos de novas tecnologias, como inferência de ancestralidade e inferência de fenótipo (aparência visível), particularmente os uigures em Xinjiang. As assembleias científicas (redes) de cientistas, universidades, agências de segurança e empresas privadas envolvidas são organizadas principalmente por meio de narrativas partilhadas sobre como caçar criminosos e terroristas de forma mais eficaz em nome do Povo e/ou da Humanidade.

Um estudo de caso central envolve como Kenneth Kidd, da Universidade de Yale, usou os Karitiana e Suruí do oeste do Brasil e outros povos indígenas como o que ele repetidamente chama de “recursos” por mais de 30 anos. Em resposta aos quase genocídios durante a colonização brasileira, esses povos adotaram casamentos mistos próximos para recuperar seus números e estão geneticamente inter-relacionados. Eles foram amostrados de forma controversa em 1987. No início da década de 1990, durante as “Guerras do DNA”, ocorreram debates públicos acalorados entre os principais pesquisadores genéticos como Richard Lewontin e Kenneth Kidd sobre a introdução de testes genéticos forenses como prova nos tribunais dos EUA e do Canadá. Durante um caso de assassinato dos *Hells Angels* em 1990 em Ohio, os advogados de defesa obtiveram acesso aos dados de Kenneth Kidd sobre os Karitiana e os Suruí; eles e outros advogados de defesa, incluindo os de um serial killer canadense, tentaram usá-lo para levantar dúvidas sobre as probabilidades genéticas de correspondência aleatória da acusação que ligavam os réus às cenas do crime. Cientistas proeminentes argumentaram em depoimentos judiciais, conferências, artigos de revistas científicas e na mídia de massa dos EUA sobre a importância dos dados relacionados aos povos indígenas Karitiana e Suruí e se isso significava ou não que poderia haver diferenças nas frequências dos marcadores genéticos em populações racialmente definidas na América do Norte.

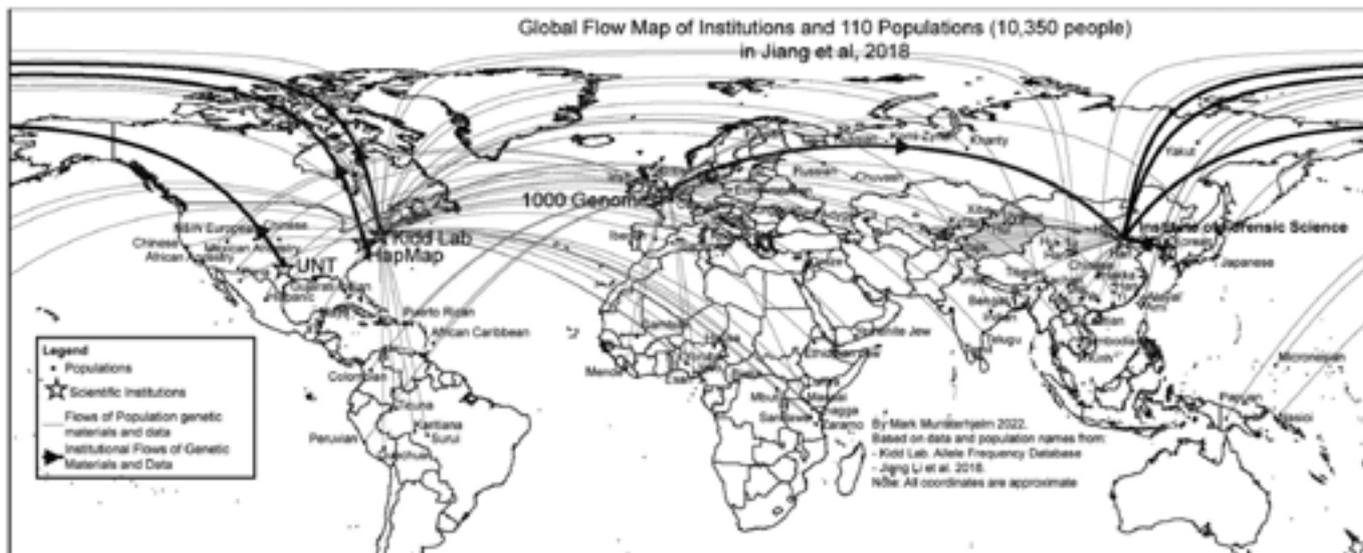
> Expansão pós-11 de setembro

Desde os ataques de 11 de setembro, o rápido crescimento dos gastos com segurança nos EUA, na União Europeia e na China impulsionou a expansão da genética forense, incluindo o desenvolvimento da inferência de ancestralidade e da inferência de fenótipo (aparência visível). Antes dos ataques, a pesquisa sobre ancestralidade e fenótipo era considerada proibitivamente controversa em termos raciais. Em 2003-4, citando problemas com os esforços para identificar as vítimas do 11 de Setembro, o Departamento de Justiça dos EUA (DOJ) iniciou um financiamento extensivo para a ancestralidade e o fenótipo como “marcadores genéticos alternativos”. O Kidd Lab recebeu US\$ 8,5 milhões desse financiamento para desenvolver painéis de marcadores SNP (polimorfismo de nucleotídeo único) de inferência de ancestralidade e identificação individual. Isso incluiu Kidd e seus colegas afirmando em um relatório de financiamento do DOJ de 2011 que usaram os Karitiana e os Suruí, bem como outros povos indígenas como Mbuti e Nasioi, como exemplos de diferenças genéticas para melhorar a robustez e a generalização das tecnologias: “Incluimos deliberadamente várias pequenas populações isoladas e endogâmicas de diferentes regiões geográficas em nossos estudos.”

Em 2015, os painéis de marcadores foram incluídos em sistemas comerciais de análise genética forense fabricados nos EUA. Esses sistemas comerciais foram testados em indivíduos indígenas, como o Illumina FGx testado em povos indígenas Yavapai do Arizona, EUA, amostrados antes do início da década de 1990. As agências de segurança chinesas testaram o sistema Thermo Fisher Ion Torrent em uigures, e alguns resultados foram apresentados nas conferências Thermo Fisher em 2016 e 2017, durante a crescente repressão do governo chinês em Xinjiang.

Depois do 11 de setembro, por meio da substituição de antigos rótulos como “contra-revolucionário”, o governo chinês adotou a retórica global da guerra contra o terrorismo, apresentando a China como vítima do terrorismo islâmico durante a crescente colonização da estrategicamente importante Região Autônoma Uigur de Xinjiang. Refletindo a escalada da repressão no início da década de 2010, o Instituto de Ciência Forense do Ministério de Segurança Pública da China cooperou com Kenneth Kidd para desenvolver seus painéis de marcadores SNP de inferência de ancestralidade que busca-

>>



A contribuição do Laboratório Kidd com 2266 amostras de extrato de ADN representando 46 populações alargou consideravelmente o âmbito global dos cientistas do Instituto de Ciência Forense, para testar o seu painel de 27 marcadores de inferência de ancestralidade painel em Jiang Li et al. (2018). Crédito: Munsterhjelm, 2022

vam diferenciar entre chineses han, tibetanos e uigures. Essa cooperação permitiu que Kidd testasse seu painel de 55 marcadores de ancestralidade em indivíduos chineses em 2015. Em troca, ele forneceu amostras de extratos de DNA cultivadas a partir de linhagens celulares no Kidd Lab, totalizando 2.266 amostras representando 46 populações (incluindo Karitiana e Suruí). O Instituto de Ciência Forense os utiliza no desenvolvimento de seus próprios marcadores SNP de inferência de ancestralidade, como um artigo de 2018 de [Jiang et al.](#) que utilizou 10.350 amostras representando 110 populações, incluindo 957 uigures (uma grande sobreamostragem). Desde o início da década de 2010, o Instituto de Ciência Forense recebeu 8 patentes chinesas (e três pedidos) relativos a marcadores de inferência de ancestralidade, com alguns visando diretamente uigures e/ou tibetanos (por exemplo, CN103146820B e CN107419017B).

Este crescente foco na segurança dos uigures também se refletiu na pesquisa conjunta do Instituto de Ciência Forense com o Instituto de Genômica de Pequim e a Academia Chinesa de Ciências - Instituto Parceiro da Sociedade Max Planck de Biologia Computacional em Xangai para desenvolver tecnologias de fenotipagem visando os uigures em uma série de estudos envolvendo centenas de indivíduos uigures publicados entre 2017 e 2019. Cientistas do Instituto de Genômica de Pequim e do Instituto Parceiro de Biologia Computacional, por sua vez, cooperaram com o Visible Genetic Traits Consortium [Consórcio de Características Genéticas Visíveis], que envolveu um grande número de europeus (por exemplo, TwinsUK), australianos e latino-americanos. Um artigo de 2018 de [Liu et al.](#) incluiu quase 29.000 indivíduos, incluindo cerca de 700 uigures.

O conjunto de pesquisas acima foi parcialmente interrompido. Desde 2017, tem havido uma crescente conde-

nação internacional dos crimes da China contra a humanidade em Xinjiang, incluindo o encarceramento em massa em campos de reeducação, a repressão da religião, cultura e língua, e a criação de perfis biométricos e genéticos em massa. Esta condenação crescente acabou por perturbar a pesquisa genética quando foi objeto de cobertura internacional em relatórios da Human Rights Watch e nos meios de comunicação ocidentais. Em 2019, a Thermo Fisher anunciou que deixaria de vender produtos de identificação humana em Xinjiang. Em 2020, refletindo as crescentes tensões entre os EUA e a China, o Departamento de Comércio dos EUA impôs sanções ao Instituto de Ciência Forense, contra as quais o governo chinês protestou como sendo uma interferência nos seus assuntos internos e um enfraquecimento da cooperação global contra o terrorismo. As reações de alguns cientistas ocidentais e chineses envolvidos incluíram a dissociação de novas pesquisas e a negação de irregularidades.

Estas influentes assembleias genéticas forenses têm estado envolvidas em violações em massa de direitos, incluindo a utilização secundária rotineira e não autorizada de amostras recolhidas há décadas, o que viola as normas éticas contemporâneas e a soberania e os direitos indígenas (por exemplo, o Artigo 31 da Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas das Nações Unidas). As falhas na limitação da investigação sobre populações vulneráveis foram exemplificadas na cooperação científica com as agências de segurança do Estado chinesas sobre os uigures e outros povos de Xinjiang. Em conclusão, a difusão de conceitos e hierarquias racialmente configurados na genética forense requer mais investigação e debate público. ■

Contato com Mark Munsterhjelm <markmun@uwindsor.ca>

> Diversidade e transparência dentro (e além) dos órgãos da ONU

por **Vitória Gonzalez**, Plataforma CIPÓ, e Editora Assistente da *Diálogo Global*, Brasil



Monumento intitulado “Feche a torneira dos plásticos”, de autoria do ativista e artista canadense Benjamin von Wong, à porta do local onde se realiza a Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente, a decorrer em Nairobi, no Quênia. Crédito: UNEP/Cyril Villemain

A diversidade precisa se refletir em cargos de liderança – na esfera pública, tanto na política doméstica quanto em organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e também na esfera privada. A diversidade de experiências, perspectivas e histórias de vida nos espaços de tomada de decisão leva a discussões e políticas mais inclusivas e abrangentes. Ou seja, a representatividade de indivíduos de grupos minoritários importa e é um elemento crucial para a democracia. Sua representatividade garante o acesso aos espaços de tomada de decisão para grupos numericamente majoritários que são silenciados e socialmente discriminados, possibilitando a circulação de suas ideias e interesses.

Essa relação entre a representação política de diferentes grupos sociais e a democracia ocorre porque o poder político não é apenas simbólico, conferindo legitimidade social. Possui também uma dimensão material, pois permite o acesso ao poder e aos recursos, afetando a sociedade de formas concretas. Por isso, a possibilidade de ser escolhido para cargos de alto nível e ter acesso efetivo a recursos deve ser compartilhada por pessoas com diferentes marcadores sociais, e isso está diretamente relacionado à ideia de justiça social.

Quando a formulação de políticas internacionais é predominantemente orientada pelas decisões de homens brancos do Norte Global, ela tende não apenas a excluir interesses, experiências e perspectivas de grupos minoritários, mas, também, a universalizar suas experiências e perspectivas. Portanto, é essencial enfatizar que ter maior diversidade em cargos de liderança dentro de organiza-

ções como a ONU, além de ser uma questão simbolicamente carregada de democracia e justiça, é uma questão técnica, no sentido de que pode melhorar os resultados das políticas ao fornecer perspectivas inovadoras de base para os debates e desafios globais contemporâneos.

Se considerarmos as agendas relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento, que são críticas para o mundo inteiro, mas, especialmente, para o Sul Global, melhorar a representação é imperativo. Os países do Sul Global enfrentam impactos desproporcionais das mudanças climáticas e desafios relacionados à pobreza e desigualdades, tanto dentro de suas fronteiras nacionais quanto em comparação com o Norte Global. Vulnerabilidades, recursos escassos e dependência de setores sensíveis ao clima são alguns dos temas a serem considerados aqui.

> Sub-representação no sistema das Nações Unidas

Considerando o sistema da ONU, há sub-representação de vários grupos, principalmente em cargos de liderança sênior, e as camadas de sub-representação se sobrepõem se pensarmos interseccionalmente. Em particular, destaca-se a sub-representação de mulheres e indivíduos do Sul Global. Este é um problema a ser tratado com seriedade e prontidão pelos diferentes órgãos que formam a organização. Nesse contexto, vale ressaltar que localizar dados e informações oficiais sobre seleção de candidatos, nomeações e detalhes do mandato não é uma tarefa fácil. Essa dificuldade atrapalha o escrutínio público – e a transparência também é uma questão fundamental para a democracia.

>>

Diante desse déficit de informações, [pesquisas recentes](#) realizadas pelo GWL Voices (*Group of Women Leaders Voices for Change and Inclusion*) sobre questões de gênero são extremamente valiosas. O estudo indica que, desde 1945, em 33 das mais importantes organizações multilaterais do mundo, houve 47 mulheres e 335 homens em cargos de liderança. Entre as instituições analisadas, cinco foram lideradas por mulheres apenas uma vez, e 13 nunca foram lideradas por mulheres, incluindo a Secretaria-Geral da ONU. Além da análise quantitativa, é importante pensar qualitativamente; por exemplo, as mulheres não devem ser nomeadas apenas para cargos relacionados a questões de gênero ou temas historicamente ligados a elas, como infância e cuidados.

Em relação à nacionalidade, um [artigo](#) publicado pela *PassBlue* destaca, por exemplo, como os cargos de liderança sênior de cinco órgãos-chave da ONU (o Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, o Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários, o Escritório de Contraterrorismo e o Departamento de Operações de Paz) são ocupados pelos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. Isso cria e aprofunda um monopólio e reforça diferentes desequilíbrios de poder.

Um [relatório de políticas publicado](#) recentemente pela *Blue Smoke*, intitulado *“Unveiling Inequalities: A spotlight on senior appointment at key UN environmental and development bodies”*,¹ destaca a falta de transparência e diversidade nas nomeações de lideranças seniores dentro de quatro entidades da ONU: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Esses quatro órgãos são cruciais para as questões ambientais e de desenvolvimento, particularmente quando pensamos na emergência climática. Uma vez que as populações do Sul Global são desproporcionalmente afetadas pelas mudanças climáticas, e isso é especialmente verdadeiro para mulheres e meninas, é imperativo pensar sobre o grau de representação regional e de gênero dentro dessas entidades. O documento também destaca o fato de que, nesses quatro órgãos, apenas 20% dos líderes seniores foram mulheres e, em média, 40% foram do Sul Global.

Desde 1966, o PNUD teve nove administradores. Entre eles, apenas uma foi mulher e apenas uma foi do Sul Global. Desde 1972, o PNUMA teve oito diretores executivos: três em cada oito, mulheres; dois em cada oito, do Sul Global. A FAO, por sua vez, teve nove diretores-gerais desde 1945; embora cinco deles tenham sido de países do Sul Global, nenhum deles foi mulheres. Por fim, a CDB teve sete secretários executivos desde 1993; seis deles eram do Sul Global e três eram mulheres. Portanto, o desequilíbrio é constante, revelando diferentes mecanismos de poder.

> Representatividade: uma chave para enfrentar os desafios do nosso tempo

O desequilíbrio de poder na representação e representatividade é, portanto, uma preocupação constante. É uma questão que pode ser extrapolada desses quatro casos de estudo e inclui outros marcadores sociais além do gênero e da origem geográfica, como raça e religião. Assim, é uma questão que precisa ser mais visibilizada. Nesse sentido, os processos de seleção para cargos de alta liderança dentro da ONU (assim como de seus funcionários como um todo) precisam ser mais transparentes, equitativos e democráticos, as nomeações para esses cargos devem ser baseadas mais nas experiências de vida e capacidades técnicas dos candidatos do que em conexões pessoais ou barganhas políticas. Especialmente em relação à emergência climática, garantir mais representatividade é fundamental para enfrentar os desafios relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento.

Para formular diferentes mecanismos globais sensíveis às particularidades locais e capazes de alcançar e atender às necessidades das populações dos territórios mais vulneráveis, é crucial que essas mesmas populações sejam representadas na formulação de políticas. Ao abraçar a diversidade na liderança, contribuimos para a democratização desses processos de tomada de decisão e para aumentar a eficácia geral da ação climática. Os conhecimentos e tecnologias ecológicas locais constituem um exemplo de onde tais esforços podem ser implementados; projetos para gerar dados de cidadãos que permitam que pessoas com diferentes origens e visões de mundo sejam consideradas e influenciem pesquisas e desenho de políticas, são outros exemplos.

Focar em nomeações transparentes e democráticas e tentar alcançar uma representação mais igualitária em cargos de liderança, considerando gênero, origem geográfica, raça e etnia, juntamente com outros marcadores sociais, são questões urgentes quando se trata de democratizar a agenda pública global, dar maior legitimidade, credibilidade e confiança social a esses cargos e fortalecer a capacidade das instituições dentro e fora da ONU. Como argumentamos, não se trata apenas de uma questão de democracia e uma questão simbólica, mas de justiça e de aperfeiçoamento técnico. No caso da ONU, para uma organização cujos objetivos são a construção da paz, a proteção dos direitos humanos, a promoção do desenvolvimento sustentável e o engajamento na cooperação internacional, e considerando que estamos diante de uma emergência climática que afeta todo o globo, ainda que de forma desigual, esses desafios são imperativos e devem ser enfrentados indo além da retórica.

É essencial enfatizar que os desafios imperativos, que estão na agenda há anos e anos, ainda permanecem críticos. Nem todas as soluções, com certeza, virão de organizações internacionais ou governos, mas elas são uma parte constitutiva do nosso mundo. Até quando deixarão de representar “*nós, os povos*”? ■

1. Agradeço a Júlia Hara Medeiros e Nayifa Nihad pela realização desta pesquisa, que tive a honra de revisar, e à Blue Smoke – em especial à Plataforma CIPÓ – por me proporcionar o insight que me levou a este texto.

